

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**THIAGO DE LIMA LOPES**

**JUSTIÇA E GRAÇA COMO PROCESSO DE SALVAÇÃO NA CARTA DE SÃO  
PAULO AOS ROMANOS**

**CAMPINAS**

**2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
THIAGO DE LIMA LOPES**

**JUSTIÇA E GRAÇA COMO PROCESSO DE SALVAÇÃO NA CARTA DE SÃO  
PAULO AOS ROMANOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Teologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para a obtenção do título de bacharel em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Alexandre Boratti Favretto

**CAMPINAS**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

234 L864j	<p>Lopes, Thiago de Lima</p> <p>Justiça e graça como processo de salvação na Carta de São Paulo aos Romanos / Thiago de Lima Lopes. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.</p> <p>56 f.</p> <p>Orientador: Alexandre Boratti Favretto.</p> <p>TCC (Bacharelado em Teologia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Teologia , Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Salvação. 2. Obediência. 3. Evangelho. I. Favretto, Alexandre Boratti. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Teologia . III. Título.</p> <p>CDD - 22. ed. 234</p>
--------------	---

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE TEOLOGIA  
THIAGO DE LIMA LOPES**

**JUSTIÇA GRAÇA COMO PROCESSO DE SALVAÇÃO NA CARTA DE SÃO  
PAULO AOS ROMANOS**

Monografia aprovada em \_\_\_ de \_\_\_ de 2022

---

Prof. Dr. Pe. Alexandre Boratti Favretto.

**CAMPINAS**

**2022**

Ao Eterno.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, autor de toda justiça, graça e salvação.

A minha Mãe, por todo amor e carinho.

Ao Prof. Dr. Pe. Alexandre Boratti Favretto.

Ao Héilton e ao Leonardo que me animaram nos momentos de dificuldades.

Eu não me envergonho do Evangelho: ele é força de Deus para  
a salvação de todo aquele que crê.

## RESUMO

Paulo, ao escrever aos Romanos uma das suas mais belas cartas, demonstra que a salvação é um processo que parte de duas palavras: Justificação e Graça. Sendo assim, veremos que a Salvação que Paulo anuncia dentro da Carta aos Romanos não é algo imediato, mas algo que requer um processo que só se tem a partir do aceitar a Jesus Cristo como seu salvador. Paulo demonstra na Carta aos Romanos que a graça e a justificação estão unidas ao processo de salvação a partir do momento em que se aceita iniciar o processo, e esse iniciar vem pela aceitação de Jesus Cristo como aquele que oferece a justiça, a graça e a salvação através da obediência ao Evangelho.

**PALAVRAS CHAVES:** Salvação; Graça; Justificação; Jesus Cristo; Processo; Obediência; Evangelho.

## RESUMEN

Paulo, al escribir a los romanos una de las más bellas de sus cartas, demuestra que la salvación es un proceso que parte de dos palabras: Justificación y Gracia. Siendo así, veremos que la Salvación que Paulo anuncia dentro de la Carta a los Romanos no es algo inmediato, pero es algo que requiere un proceso que sólo se tiene a partir del aceptar a Jesús Cristo como su salvador. Paulo demuestra en la Carta a los Romanos que la gracia y la justificación están unidos al proceso de salvación a partir del momento en que se acepta iniciar el proceso, y ese iniciar viene por la aceptación de Jesús Cristo como aquel que ofrece la justicia, la gracia y la salvación a través de la obediencia al Evangelio.

**PALAVRAS CLAVE:** Salvación; Gracia; Justificación; Jesús Cristo; Proceso; Obediencia; Evangelio.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
 <b>CAPÍTULO I</b>	
1 Introdução .....	15
1.1 Os destinatários da Carta aos Romanos .....	15
1.2 Os primeiros cristãos em Roma e o início do Cristianismo .....	18
1.3 O contexto de Roma na época da Carta aos Romanos .....	24
1.4 Contexto político e social na época das comunidades e as formas de governo romano .....	25
1.5 Conclusão .....	29
 <b>CAPÍTULO II:</b>	
2 Introdução .....	30
2.1 A justiça de Deus na Carta aos Romanos, capítulo 3, 21 – 31 e 5, 1 – 10 .....	30
2.2 A graça de Deus na Carta aos Romanos, capítulo 6 .....	33
2.3 A salvação de Deus na Carta aos Romanos, capítulo 11 .....	35
2.4 Justiça e Graça como processo de salvação na perspectiva Teológico-exegético na Carta aos Romanos .....	39
2.5 Conclusão .....	40
 <b>CAPÍTULO III</b>	
3 Introdução .....	41
3.1 A Teologia da Justiça na Carta aos Romanos capítulos 3, 21–31 e 5, 1–10 .....	41
3.2 A Teologia da graça na Carta aos Romanos, capítulo 6 .....	44
3.3 A Teologia da salvação na Carta aos Romanos, capítulo 11 .....	45
3.4 Justiça e Graça como processo de salvação na perspectiva Teológico-Paulina na Carta aos Romanos .....	47
3.5 Conclusão .....	50
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	 <b>51</b>
 <b>REFERÊNCIAS</b> .....	 <b>53</b>

## INTRODUÇÃO

Ao lermos as Cartas de São Paulo aos Romanos, é perceptível o quanto Paulo trabalhou nesses escritos, principalmente quando se refere à salvação como um processo que envolve duas palavras: graça e justificação. Além disso, ele contextualiza como esse processo deve ser feito, uma vez que não é algo imediato.

É com base na justiça e na graça que observamos como Paulo vai desenvolver esse processo dentro da comunidade de Romanos, uma comunidade de judeus e gentios, gentios estes que, naquele contexto de época, eram vistos como não cristãos.

Sendo assim, o objetivo do estudo desta dissertação é constituído pela investigação sobre a salvação como um processo e não como algo imediato - processo este que envolve justiça e graça.

Ao abordar este tema, da justiça e graça como processo de salvação, a partir da Carta aos Romanos, queremos demonstrar que essa salvação que Paulo anuncia perpassa pontos específicos da Carta aos Romanos.

Paulo, na Carta aos Romanos, realiza uma ligação entre justiça e graça onde ambas precisam estar sempre em harmonia para que esse processo de justificação possa acontecer e levar aquele que crê à salvação.

Dentro disto, no primeiro capítulo, apresentamos o contexto ao qual a Carta aos Romanos chegou às comunidades de Roma. Como bem sabemos, Paulo não chegou a conhecer as comunidades romanas e nem as fundou, ele redigiu a Carta aos Romanos quando estava em Corinto, na Grécia, entre os anos 55 e 58. Assim, no primeiro capítulo, iremos abordar os destinatários aos quais Paulo escreveu a Carta: quem eram, como viviam, como era a organização das comunidades romanas e como foi a recepção da Carta quando esta chegou às comunidades em Roma.

Ainda dentro desse primeiro capítulo de cunho contextual, veremos também como eram as características das comunidades cristãs em Roma, uma vez que essas comunidades eram formadas por várias tendências judaico-cristãs, e como cada uma vivia - dentro dessa característica. Veremos como o cristianismo se iniciou em Roma e como foi a sua expansão por todo o Império Romano e por suas províncias, além de como o judaísmo e o helenismo influenciaram esse desenvolvimento.

A relação entre Estado e os cristãos é demonstrada nesta dissertação como tensa entre ambos os lados, onde o cristianismo não apoiava certas determinações do Estado, como também o Estado não apoiava certas posições dos cristãos.

Veremos que nesse tempo o cristianismo teve um destaque não somente pela sua expressão religiosa, mas também por adentrar a outros espaços da sociedade Romana, tendo mais destaque ainda naquele tempo.

Outro ponto com relação a essa perseguição ao cristianismo e com relação à obstrução da fé é que cristianismo e paganismo tinham desaprovações que partiam de ambos os lados, sendo que o governo romano usou dessa disputa para acusar o cristianismo de perturbar a ordem. Nero tem um destaque muito peculiar nesse contexto de perseguição ao cristianismo, pois, sendo um dos maiores perseguidores, cometeu as mais horrendas atrocidades contra o cristianismo enquanto imperador.

Já no que diz respeito ao contexto político e social e às formas de governo na época das comunidades, podemos destacar que Roma tinha uma forma de governo muito bem distribuída, e muito bem organizada. Seus métodos de construção eram de um nível tecnológico muito avançado. Toda a estrutura da cidade convergia para que ela sempre evoluísse mais.

A administração de toda cidade era muito bem distribuída e organizada, todos os seus cidadãos tinham os seus direitos de proteção e privilégios; já os estrangeiros eram tratados como inferiores e não poderiam se manifestar com relação à organização da cidade, bem como as mulheres e as crianças.

As formas de governo que Roma teve em sua história foram a Monarquia, a República e o Império, cada uma delas com as suas características, como a Monarquia com seu sistema eletivo e a família sendo o pilar da sociedade. Já com relação à República, serviu para que a população tivesse uma participação mais deliberativa na vida política de Roma e também foi considerada como uma base para o Império Romano. Já o Império Romano iniciou-se em 27 a.C., seu primeiro Imperador foi Otávio Augusto que, durante seu governo, realizou uma série de benfeitorias dentro do Império, sem contar que sua maior realização foi a Pax Romana.

Já dentro de um contexto exegético, veremos no decorrer do segundo capítulo como justiça e graça criam elo de relação dentro da Carta aos Romanos, elo esse que leva à salvação. Veremos como cada um desses aspectos, com suas

particularidades onde teremos por fundamento primordial Jesus Cristo que é fonte de toda justiça e toda graça, nos leva à salvação.

A fé em Cristo é um ponto fundamental dentro desse processo de justiça e graça, pois é através dela que damos passos significativos rumo à salvação. A graça é vista como a benção que vem após a justiça se manifestar na vida daquele que crê, realizando, assim, a justificação, e essa justificação leva a pessoa a alcançar a graça dentro desse processo, graça essa que faz com que morramos para o pecado e assim vivamos para contemplar essa salvação que vem através desse processo.

Sendo parte integrante desse elo do processo de salvação, a graça é ligada ao batismo, pois ela vem nos libertar das amarras do pecado e nos dar uma vida nova em Cristo, deixando de lado o velho homem, tornando-o um ser santificante.

A analogia da oliveira é vista como a manifestação máxima da salvação de Deus: Ele não faz distinção entre o povo eleito e o povo das outras nações, mas realiza de forma bela esse seu desígnio de amor salvífico, não sendo um Deus punitivo, mas que demonstra que sua misericórdia é infinita.

E, por fim, dentro do terceiro capítulo, veremos como Paulo aborda de forma bela a justiça e a graça cada uma dentro de um âmbito da Carta aos Romanos, lançando um olhar específico sobre cada um desses dons e os conduzindo para a realização desse processo de salvação que, dentro dessa concepção de Paulo, se baseia em vários pontos que fortalecem esse processo e não podem ser deixados de lado.

A justiça dentro da perspectiva Paulina é alicerçada pela fé em Cristo, onde através de Deus se manifesta aos homens - justiça essa que faz com que não tenhamos mais o Senhor pois, através dela, fomos justificados, justificação essa que não tem distinção.

Deus, após a realizar a sua justiça através de Cristo, nos dá a sua graça, que faz com que não permaneçamos no pecado, e que se realiza em nossa vida por uma adesão pessoal que vem através do batismo.

A graça dentro da perspectiva paulina, está intimamente ligada a Cristo, pois através dele é que teremos acesso a ela, e assim os passos dentro desse processo de salvação são realizados, sendo a graça de importância fundamental dentro da Carta aos Romanos - é através dela que Paulo norteia, junto com a justiça, esse processo de salvação.

A salvação que Paulo demonstra dentro da Carta aos Romanos é ligada ao povo de Israel, salvação essa que o povo vive como um processo também que perpassa pela justiça e pela graça, pois o povo teve que viver essas duas realidades para que pudesse contemplar a salvação.

Sendo assim, a intenção é demonstrar como justiça e graça são dons que levam à realização do processo de salvação e como podem contribuir como uma poderosa ferramenta para orientar a muitos cristãos que a salvação não é algo imediato, mas sim algo que é realizado a partir de um processo.

Veremos também como Paulo, dentro da Carta aos Romanos, expressa essa salvação e como ela é um bem para aqueles que a aceitam através da fé em Cristo, que se torna a base de todo esse processo. Há de se deixar claro que o intuito dessa investigação não é o de elaborar uma proposta acabada com relação ao processo de salvação, algo que de certo modo seria impossível, pois a salvação de Deus é algo que se encontra muito além dos limites de uma pesquisa como essa, sendo que aqui estamos dando um pequeno passo sobre tal assunto.

Não vamos aqui apresentar uma fórmula pronta com relação ao processo de salvação envolvendo a justiça e graça, mas sim vamos apresentar um norte a ser seguido, norte este que o apóstolo Paulo nos apresenta na Carta aos Romanos, e que deve ser trabalhado de forma ponderada, onde cada aspecto seja vivido em sua total profundidade e que possa ser realizado em sua integralidade.

Sendo assim, a partir deste estudo queremos lançar um olhar sobre esse processo, fazendo com que todo aquele que crê e deseja a salvação possa se espelhar no que Paulo trabalha na Carta aos Romanos no que diz respeito à justiça e à graça, e assim se deixe conduzir por Deus dentro desse processo – isso sem fugir ao essencial que o presente trabalho vem a demonstrar e sendo fiel no que foi proposto a ser dissertado.

Paulo costuma ser um autor bem articulado e muito atento ao que escreve, principalmente com relação ao tema proposto nesta dissertação. Isso significa que as palavras, as imagens, as expressões e os exemplos são escolhidos em função de uma retórica bem construída, com uma argumentação elaborada que, muitas vezes, não deixa de surpreender o leitor. O efeito desses cuidados de autoria não se limita a uma apresentação artificial e estética, mas produz um texto dotado de riqueza e densidade teológica e exegética grandíssima.

Sendo assim, a partir deste estudo, queremos lançar um olhar sobre esse processo, fazendo com que todo aquele que crê e deseja a salvação possa se espelhar no que Paulo trabalha na Carta aos Romanos no que diz respeito À justiça e à graça, e assim se deixe conduzir por Deus dentro desse processo, sem fugir ao essencial que o presente trabalho quis demonstrar e sendo fiel no que foi proposto a ser dissertado.

## 1. INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, que está dividido em quatro subtítulos, iremos abordar toda a temática contextual que envolve a Carta aos Romanos, começando com os destinatários da carta aos quais Paulo escreve, destinatários esses que seriam os gentios, judeus e cristãos espalhados pela Ásia menor. Dando sequência nessa temática, no segundo subtítulo temos os primeiros cristãos em Roma, como viviam, como se situavam em suas comunidades e como se organizavam nas mesmas. Junto a esse tema também abordaremos o início do cristianismo no contexto romano, perseguições, sua relação com o Império e seus imperadores.

No terceiro subtítulo abordaremos o contexto de Roma na época em que a carta chegou e como os Gentios e Judeus se relacionavam dentro desse contexto. Por fim, no quarto e último subtítulo, veremos os aspectos políticos e sociais de Roma, sua urbanidade e organização social, além das três formas de governo: Monarquia, República e Império.

### 1.1 OS DESTINATÁRIOS DA CARTA AOS ROMANOS

Paulo, autor da Carta aos Romanos, não chegou a conhecer pessoalmente a comunidade romana e nem a fundou, ele escreveu à comunidade no período que esteve na Grécia, possivelmente em Corinto, entre os anos 55 e 58, permanecendo em Corinto por três meses. Nessa carta ele anuncia e prepara a sua ida a Roma, pois Paulo tinha a intenção de ir à Espanha e assim realizaria essa parada em Roma para conhecer as comunidades. “Esta é uma carta dirigida pelo apóstolo a uma comunidade que não tinha fundado e que nunca tinha visitado. A carta anuncia e com certeza prepara uma visita que Paulo projeta realizar em Roma” (COMBLIM, 1993, p. 120).

Paulo tem medo de ser mal acolhido pela comunidade romana por conta da carta aos gálatas, que apresentou uma repercussão muito negativa, pois seu conteúdo foi visto como muito radical:

[...] tão radical que terá escandalizado não somente muitos judeus, mas também muitos convertidos do judaísmo que ainda praticam as obras da lei. Estes se sentiram ofendidos e condenados. Difundiu-se dessa maneira a fama de que Paulo era um renegado da sua raça que combatia a lei e ensinava os judeus a abandonar sua lei. (COMBLIM, 1993, p.121).

Assim, Paulo, ao escrever a carta, a destinou à Igreja de Roma, que nesse contexto era composta pelos judeus e gentios, sendo que os gentios compunham, provavelmente, a maioria, sendo apenas uma pequena parcela de origem semítica.

Entre esses dois grupos temos os judeus que eram, principalmente, escravos, que tinham ou não obtido a liberdade, portanto, não havia na organização romana judeus ligados às altas classes: “Muitos especialistas avaliam a população judaica entre 6 e 7 milhões de habitantes em Roma, apesar disso, eles não ultrapassavam de 20 a 50 mil” (PERROT, 1993, p. 14).

Os judeus de Roma eram financeira e culturalmente pobres. Verifica-se o fato até nas inscrições funerárias, muitas vezes repletas de erros de ortografia. Vemo-los, então, no exercício de todo o tipo de subemprego: camelôs, mascates e mulheres que vendem sonhos e ensinam suas crianças a mendigar nos melhores lugares (PERROT, 1993, p. 15-16).

Já com relação aos gentios, estes eram um povo que, na concepção de Paulo antes de sua conversão, dependia de hábitos corruptos, e mesmo após a sua conversão, ele ainda mantinha essa posição. Inclusive, para Paulo, só existiam dois povos: os judeus, povo escolhido por Deus; e os gentios, e a estes estaria destinada a ira do Senhor: “Os gentios eram todos os povos que não descendiam de Abraão; que não eram judeus; que não seguiam a Lei mosaica. Eram, pois, do ponto de vista escatológico, pessoas renegadas aos olhos de Deus [...]” (VIEIRA, 2014, p. 54).

Paulo, quando escreve aos romanos, não deixa de traçar um olhar de tensão entre Deus e os gentios, mas também não deixa de lado esse mesmo olhar sobre os judeus. Paulo deixa claro na carta aos seus destinatários que os gentios continuam culpados e passíveis de condenação; também deixa claro que, como para os judeus, Deus também tem um plano de redenção para os gentios.

Sendo assim, ao escrever aos gentios e judeus, Paulo esclarece a finalidade da sua carta, como aliviar os problemas que impediam a unidade da Igreja romana e tentar acalmar os ânimos tanto do povo judeu quanto dos gentios em relação ao que cada um pensava

A Carta aos Romanos tem como base três objetivos principais. (1) Paulo escreve-a para apresentar a si e seu ensinamento aos cristãos romanos que se preparavam para receber a sua visita já anunciada (1,11-13). A Igreja em Roma foi um dos poucos locais para os quais Paulo escreveu antes de fazer uma visita. (2) Paulo esperava usar a igreja romana como plataforma para uma nova etapa missionária de evangelização. Tendo completado seu trabalho na região leste do mediterrâneo, Paulo estava agora pronto para direcionar sua atenção e seus esforços à Espanha no ocidente (15,23-24). A carta é a tentativas inicial de Paulo de engajar os romanos para o suporte

e a viabilização de seus novos planos apostólicos. (3) Paulo esperava aliviar as tensões que estavam impedindo a unidade e irmandade da própria igreja romana. A vanglória, ao que parece, era um problema tanto para os judeus quanto para os gentios [...] (HAHN & MITCH, 2016, p. 20).

Em seu conteúdo, podemos observar que Paulo apresenta o tema da carta que é “[...] o Evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiro para o judeu e depois para o gentio [...]” (O’CONNOR, 2004, p. 216).

Assim, podemos observar que, ao escrever para os judeus e gentios, Paulo vem aliviar essa tensão que ambos os povos tinham com relação à salvação.

Os dez capítulos seguintes desdobram sistematicamente o sentido dessa tese intrigante simples. É o tipo de coisa que todos imaginavam ter entendido até que suas profundidades ocultas e implicações imprevistas venham gradualmente à luz. (O’CONNOR, 2004, p. 216).

Paulo, dentro do conteúdo da carta, demonstra a seus destinatários o grandioso plano divino da salvação, além de defender a sua missão vigorosamente, relatando que Deus precisa dele para transferir aos pagãos os benefícios do antigo Israel, mas também faz uma advertência permanente a seus destinatários em relação a cair na tentação do judaísmo da lei. A epístola aos romanos é uma advertência permanente contra a tentação sempre renovada de cair no judaísmo da lei. “[...] burocratizar-se formalizar-se e a transformar-se num sistema de prescrições exteriores” (COMBLIM,1993, p.125).

Ainda dentro desse contexto dos destinatários da carta, podemos observar que Paulo escreveu para anunciar a salvação aos gentios e judeus, além de se apresentar e descrever sua tese à comunidade romana pois, como sabemos, não chegou a realizar sua viagem a Roma. “A tese paulina é a seguinte: A glorificação de Jesus ressuscitado como Messias abre uma nova época na história do mundo, a penúltima” (COMBLIM,1993, p.125).

Daniel Patte alega que Paulo pode ter escrito à comunidade Romana para tratar de problemas específicos ou porque ele pensou que as comunidades de Roma tinham recebido informações negativas a seu respeito e sobre suas posições radicais, além também do seu relacionamento não tão amistoso com o judaísmo. Sendo assim, Paulo age com grande cautela com relação à apresentação de sua visão sobre o evangelho: “[...] procede com grande cautela, demorando-se na apresentação minuciosa da sua visão do evangelho antes de formular exortações em contraste com a situação concreta da igreja de Roma” (PATTE, 1987, p.336).

Assim, a essência da Carta aos Romanos, escrita por Paulo, é que Deus deseja salvar a todos sem distinção para que a sua graça alcance a todos, e o Evangelho é a força para a salvação de todo aquele que acredita, sendo judeu ou não, essa essência é o que norteava Paulo. “[...] era o princípio orientador de sua vida desde o momento de sua conversão e, nesse sentido romano consolida o seu evangelho” (O’CONNOR,2015, pg. 338).

Assim podemos observar que Paulo lança, um mesmo olhar aos seus destinatários, sendo eles judeus ou gentios, onde anuncia o Evangelho dentro da carta em forma de três partes principais, a salvação em Cristo, restauração de Israel e a vida cristã.

## **1.2 OS PRIMEIROS CRISTÃOS EM ROMA E O INÍCIO DO CRISTIANISMO**

Dentro desse contexto dos primeiros cristãos em Roma, podemos observar que várias comunidades tinham o costume de se dividir em grupos autônomos, viviam numa realidade frágil e pobre, eram convertidos do judaísmo ou eram gentios. Havia também algumas situações que preocupavam Paulo, pois havia uma divisão entre os cristãos com relação ao alimento “[...] (alguns comem carne, outros apenas verduras; Rm 14,2) e bebidas (alguns bebem vinho, outros não; 14,21) [...]” (PATTE, 1987, p.338).

Assim, dentro dessa realidade vivida pelos primeiros cristãos, Paulo faz uma distinção entre fortes e fracos, mas não em um sentido competitivo, e sim em um sentido comunitário com relação aos primeiros cristãos em Roma: “Assim existem, de um lado, os fortes, que pensam que “nada é impuro em si” (14,14) e se sentem livres para comer carne e beber vinho e pensam que todos os dias são iguais; de outro lado existe os fracos, que são rigoristas e seguem certas práticas” (PATTE, 1987, p.339).

Esta distinção que Paulo faz entre fracos e fortes seria uma distinção entre judeus e gentios: “[...] pode-se concluir que esta disputa é entre cristãos gentios (os fortes) e judeus gentios (os fracos)” (PATTE, 1987, p.339). Dentro deste contexto, Paulo orienta os fracos a não julgar os fortes, mas também orienta os fortes a não se vangloriarem sobre os fracos”, mas que ambos possam buscar a paz mútua.

Podemos observar as dificuldades dos primeiros cristãos não somente no relacionamento entre si e as comunidades, mas também em relação ao imperador

Cláudio que veio a expulsar os judeus de Roma por manifestações causadas pelo crescimento da Igreja. “[...] Durante o período que se seguiu à expulsão dos judeus (e dos judeus não cristão), a igreja que ficou, formada de gentilidade [...]” (PATTE, 1987, P.340).

Deste ato, surge o Edito de Claudio, que cria a proibição dos judeus se reunirem nas Sinagogas; sendo assim, os primeiros cristãos procuraram outros lugares para se reunirem. Por outro lado, podemos observar a origem de várias comunidades cristãs compostas somente por gentios convertidos: “Assim só os cristãos gentios ficaram na igreja de Roma, que certamente continuou a crescer” (PATTE, 1987, p. 340).

Já no império de Nero, as medidas do Edito de Claudio foram revogadas e houve um retorno dos judeus e dos <sup>1</sup>judeu-cristãos, que passaram a viver em comunidades onde a hegemonia era de gentios cristãos.

Outro ponto a ser levantado é a visibilidade que os cidadãos romanos começam a dar ao cristianismo em Roma como algo ligado ao ateísmo, pois na visão dos romanos esse ateísmo desrespeitava os deuses com o que eles chamavam de cerimônias mágicas e secretas que incitavam os outros a realizarem o mesmo, como vemos a seguir:

[...] elegendo para sua própria divindade uma entidade apenas espiritual e irrepresentável, para quem adoração não havia templos, altares, sacrifícios e que, portanto, estava muito longe da mentalidade pagã profundamente enraizada. Essa traição não ameaçava apenas a *pax deorum* e a autoridade do imperador como pontífice máximo, mas poderia “ser vista como uma prova de intenções políticas subversivas [...]” (ômegawebhosting.net).

Dentro de todo esse contexto dos primeiros cristãos em Roma, havia o que podemos chamar de tendências judaicas cristãs, umas que observavam a tradição à risca e outros grupos que não levavam tão à risca essa observância à tradição: “A vinda de Jesus dividiu ainda mais os espíritos e, de acordo com as origens ou afinidades de cada um, veem-se logo dispersar em tendências múltiplas grupos judeu-cristãos (no plural) e grupos heleno-cristãos (no plural)” (PERROT, 1993, p.18).

---

<sup>1</sup> Os Judeus-Cristãos, são aquele que se converteram ao cristianismo, são comunidades religiosas formadas por judeus que tem por característica, principal a fé em Jesus Cristo. (PERROT, Charles. Epistola aos Romanos, p 18)

O primeiro grupo denominado judeu-cristão tradicional tem uma visão partidária de Cristo onde este deve pertencer ao povo de Deus, ainda mais no que diz respeito à promessa messiânica que havia de ter sido cumprida.

O Messias tinha chegado para coroar o povo messiânico, já os recém-vindos das nações são alcançados por essa promessa messiânica e eles são recebidos e fazem parte de um único povo - “[...] recém-vindos das nações são alcançados pelo Senhor, que eles sejam de sua parte recebidos e agregados ao único povo de Deus [...]” (PERROT, 1993, p. 18).

Já a segunda tendência de judeu-cristãos demonstra ter um pouco mais de flexibilidade, “os recém-vindos das nações não precisavam ser circundados” (PERROT, 1993, p.19).

Essa tendência de judeu-cristão de vertente mais flexível agregava o povo de outras nações sem a obrigatoriedade da circuncisão, mas por outro lado seguiam certas regras para que a convivência com o povo judeu pudesse ser pacífica: “Depois de aceitar o monoteísmo e o decálogo, eles eram obrigados, além disso, a observar certas regras alimentares para facilitar o relacionamento com os judeus” (PERROT, 1993, p.19).

Já o terceiro grupo de judeu-cristãos está ligado ao próprio Paulo: aqui, Paulo afirma que os recém-vindos de outras nações também estão ligados ao povo de Abraão, pois estes não eram circuncisos, nem Abraão, como relata Paulo:

Dizemos com efeito, que para Abraão a fé foi levada em conta de justiça. Mas como lhe foi levada em conta? Estando circuncidado ou quando ainda incircunciso? Não foi quando estava circuncidado, mas quando ainda era incircunciso e recebeu o sinal da circuncisão como selo da justiça da fé. (ROMANOS, 4,10-11).

Já essa última tendência de judeu-cristãos, ainda, estaria em um processo de abandono de qualquer marca judaizante e dando uma ênfase mais dura com relação à pregação da lei pelo Apóstolo, “[...] a ponto de pregar a rejeição de uma grande parte da lei e manifestar hostilidade para com o pessoal da sua própria raça [...]” (PERROT, 1993, p.19).

Havia também dentro desse contexto o grupo dos heleno-cristãos que também eram divididos em quatro tendências, as quais veremos a seguir:

Havia os helenos que se judaizavam antes de encontrar o Senhor, “[...] esses antigos pagãos, como tementes a Deus [...]” (PERROT, 1993, p.20). Pois a Sinagoga tinha feito esse caminho de abertura da Sagrada Escritura para que eles

pudessem chegar ao Cristo. Paulo os trata como fracos, mas não os rejeita de modo algum “Acolhei o fraco na fé sem querer discutir suas opiniões [...]” (Rm 14,1).

O segundo grupo de heleno-cristãos já tinha se convertido ao Cristo. Com relação a esse grupo, podemos observar que Paulo os trata com mais rigidez e os censura “[...] Não há dois princípios de salvação: a lei e o Cristo, mas apenas um: o Senhor” (PERROT, 1993, pg.20).

Já o terceiro grupo de heleno-cristãos está mais ligado a Paulo, o seguem com inteira liberdade com relação à lei. Um exemplo disto é em relação a comerem carnes sacrificadas aos ídolos. “[...] Por conseguinte, a respeito do consumo das carnes imoladas aos ídolos, sabemos que “o ídolo nada é no mundo” e que “não há outro Deus a não ser o Deus único” [...]” (1Cor, 4).

O que este grupo fazia não os impedia de reconhecer as práticas judeu-cristãs da linha moderada de Pedro e Tiago, onde os pagãos convertidos tinham que respeitar certas normas, “Mas se lhes escreva que se abstenham do que está contaminado pelos ídolos, das uniões ilegítimas, das carnes sufocadas e do sangue” (At. 15,20).

E, por fim, o quarto grupo, que são da linha mais liberal, por muitas acabam enveredando para o que Perrot chama de ultrapaulinismo<sup>2</sup>. Além de rejeitarem a lei, Paulo, em Romanos e em primeira a Coríntios, desautoriza esse tipo de conduta que era vista por ele como uma violência e soberba.

No que diz respeito ao cristianismo, ele teve seu início historicamente na Palestina, região onde os discípulos de Jesus mais tiveram contato com o povo, e assim, conseguiram difundir mais facilmente o cristianismo. Com relação ao Império Romano, podemos observar que o cristianismo se expande por todo o Império chegando a todas as províncias romanas “[...] Igreja Cristã se estenderia por todo Império antes mesmo de se tornar religião oficial [...]” (CASTOLDI, 2014, p.22).

Outro ponto do desenvolvimento do cristianismo no Império Romano são as influências tanto do judaísmo, quanto do helenismo, que por muitas vezes foi difícil de distinguir as influências de ambas as correntes, “[...] a iniciar com o fato de que a primeira onda de propagação cristã se deu através da dispersão judaica no mundo heleno” (CASTOLDI, 2014, p.24).

---

<sup>2</sup> Os helenos-cristão seguiam à risca o pensamento de Paulo com relação a lei, por isso o uso do termo ultrapaulinismo. PERROT, CHARLES. Epístola aos Romanos, p 20.

Assim, podemos observar que essa influência por parte dos judeus foi completamente diferente.

Diferentemente das populações de judeus que permaneceram na Palestina, as dispersas pelo Mediterrâneo raramente agiam de forma violenta e foram aos poucos integrando-se à nova civilização, ainda que sem perder o vínculo com a região de origem (CASTOLDI, 2014, pg. 24).

Outro ponto a se destacar é com relação a Jerusalém, que se tornou a cidade principal do cristianismo, tanto pelo fato de ter sido a cidade onde Jesus foi crucificado, como por ser a cidade onde ele apareceu para os quinhentos discípulos, “[...] nela se desenvolveu uma forma de fé distinta da atual, forma esta que chamamos cristianismo primitivo ou cristianismo judaico [...]” (CASTOLDI, 2014, p. 25).

Assim, Jerusalém vive dois modelos de cristianismo: o primitivo e o judaico. “O futuro do cristianismo repousaria assim nas comunidades gentílico-cristãs, cuja incumbência remete-se essencialmente também a Paulo, saindo do Estado judaico” (CASTOLDI, 2014, pg.25).

Jerusalém acabou por ser um marco do cristianismo, com esses dois fatos, entretanto, não esqueçamo-nos que as multidões que se converteram ao cristianismo não realizaram isso sem trazer consigo sua cultura, algo que para a Igreja foi de extremo valor:

Foi, porém, um acréscimo parcial, sendo que com o tempo várias interpretações advindas das mais variadas cosmovisões apontariam a um sincretismo em dada forma nocivo, que geraria desvios doutrinários e heresias graves à doutrina tradicional (CASTOLDI, 2014, p. 27).

Já a relação Cristianismo e Estado pode ser vista no âmbito de que o cristianismo não era totalmente hostil ao Estado, mas não apoiava as forças governantes, principalmente com relação à escravidão: “Entre as motivações de rejeição está a posição comumente contrária ao escravismo. O Império Romano dependia do trabalho escravo avindo das conquistas para manter-se funcionando [...]” (CASTOLDI, 2014, p.27-28).

Um ponto forte a se destacar com relação ao cristianismo é que ele não foi somente uma expressão religiosa. Dentro de um certo período, o cristianismo começou a adentrar aos espaços em que a aristocracia também estava e comandava: “Várias igrejas locais passaram a ser proprietárias de terras, prédios

urbanos e bens moveis eram com frequência doados por famílias aristocratas convertidas” (CASTOLDI, 2014, p.28).

O cristianismo também foi marcado pela forte perseguição, onde as comunidades sofreram de forma truculentas a obstrução da fé: “Nesse tempo, vos entregarão à tribulação e vos matarão, e sereis odiados de todos os povos por causa do meu nome” (Mt 24,9).

As causas para a perseguição do cristianismo partiram de uma desaprovação que era recíproca por parte do cristianismo, com o paganismo e do paganismo para com o cristianismo. Já o governo usaria dessa crise para causar medo e acusar o cristianismo de perturbar a ordem:

Os adeptos seriam acusados de congregar religiões ou associações ilícitas, fazer uso de magia, causar o incêndio de Roma, recusar o serviço militar e do crime de lesa-majestade. Posteriormente se estabeleceria o crime de cristianismo, pura e simplesmente, sem necessidade de outras acusações (CASTOLDI, 2014, pg. 32-33).

Uma das acusações contra o cristianismo, que gerava um descontentamento grande por parte dos romanos, era o não culto ao Imperador. Era um costume que todos os povos que o Império conquistava agregavam; era vista como um ato de lealdade ao imperador. “A sorte cristã nesse ponto terminaria com a desvinculação do judaísmo, que era a única religião com a permissividade de não-adoração ao Imperador, privilégio que o cristianismo só ostentaria enquanto visto como seita da referida vertente” (CASTOLDI, 2014 p. 33).

Assim, podemos observar que enquanto cristianismo e judaísmo mantiveram uma ligação, o cristianismo ficou fora desse hábito cultural de adoração ao Imperador, assim, com essa desvinculação, o cristianismo acaba por ficar isolado sem amparo e proteção da lei contra retaliações, “[...] foram assim considerados rebeldes, inimigos do Império [...]” (CASTOLDI, 2014, p.34). Diante disto foram acusados de ateísmo por não prestarem culto aos deuses: “O fato de orarem ‘ao nada’ e diante de nenhuma imagem agravava a situação.” (CASTOLDI, 2014, pg. 34).

As fases das perseguições atravessaram um bom tempo, conforme descreve Castoldi:

Durante e após a era apostólica, do fim do século I ao início do século IV, a Igreja esteve sob a espada da perseguição do mais poderoso Império da Terra, que com afincado inacreditável se esforçaria para destruí-la. Entre os séculos II e III houve a parte mais intensa dessa caçada que, é importante

esclarecer, não ocorreu de forma contínua, mas em focos, e mesmo quando havia parcial paz, inesperadamente poderia ser iniciada outra onda de violência (CASTOLDI, 2014, pg.37).

Nesse contexto, todos os outros Imperadores não reconheceram o cristianismo, mas dentre todos, um destaque especial a Nero, que foi um dos maiores perseguidores do cristianismo. Nero acusou os cristãos do grande incêndio que Roma sofreu durante seu Império, apesar que o imperador foi visto como suspeito, porém esse incêndio foi o estopim para se iniciar a maior perseguição de todas: “[...] uma das piores perseguições religiosas já empreendidas, na qual milhares de cristãos foram mortos, entre eles Paulo, decapitado no ano de 68 (as datas são aproximadas, podendo variar de um a dois anos)” (CASTOLDI, 2014, p. 38).

Ainda dentro do que Nero realizou com relação à perseguição ao cristianismo, temos a execução dos cristãos que eram usados como iluminação pública. “[...] eram vestidos com túnicas banhadas em óleos, pez e resina e atados a postes de madeira, que eram acesos para clarear os caminhos à noite” (CASTOLDI, 2014, p. 38).

Após a passagem de Nero como Imperador de Roma, outros tantos Imperadores também perseguiram o cristianismo, cada qual da sua maneira, tanto no aspecto religioso, como no aspecto político-social.

### **1.3 O CONTEXTO DE ROMA NA ÉPOCA DA CARTA AOS ROMANOS**

O contexto de Roma na época da carta tinha como Imperador Claudio, que acusava os judeus de criarem distúrbios. Sendo assim, ele acabou por criar um decreto expulsando os judeus de Roma “[...] Claudio expulsou de Roma os judeus que por instigação de certo <sup>3</sup>Crestos, não paravam de agitar [...]” (PERROT, 1993, p.17).

Ainda no que diz respeito ao contexto de Roma na época da carta, podemos perceber que havia mais cristãos gentios, mas os cristãos judeus ainda eram ligados à Igreja de Roma, pois com a morte de Claudio em 54 d. C e com a chegada de Nero, os judeus cristãos estavam retornando a Roma.

---

<sup>3</sup> Cresto (em latim: Chrestus) é a pessoa que, teria incitado judeus a praticarem distúrbios em Roma no período do imperador Cláudio. (PERROT, Charles, Epístola aos Romanos, p 17)

Quando voltaram os cristãos judeus, tentaram restabelecer a Igreja como era antes da sua partida, uma Igreja que seguia o evangelho com a lei. Eles julgam a evolução que aconteceu na sua ausência. Mas os cristãos gentios os consideram fracos e os desprezam.” (PATTE, 1987, p. 340).

Paulo, através da carta, acaba por intervir nessa situação, de forma cautelosa, pois a Igreja era constituída de cristãos judeus e gentios. Nela, ele vem e demonstra que ambos judeus e gentios são cristãos em igualdade de condições.

Não havia diferença alguma entre eles antes da vinda de Cristo. Sim, os judeus tinham uma vantagem em comparação com os gentios, mas todos tinham revelações de Deus e todos são pecadores (1,18-3,20). Assim também, depois da vinda de Cristo, não há diferença entre eles com relação a justiça (3,21-4,25). (PATTE, 1987, p.341).

#### **1.4 CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ÉPOCA DAS COMUNIDADES E AS FORMAS DE GOVERNO ROMANO.**

Roma, como a maioria das cidades que o Império romano governava, tinha uma estrutura social e política bem distribuída, com uma tecnologia muito bem feita “A tecnologia romana é a coleção de técnicas, habilidades, métodos, processos e práticas, de engenharia utilizadas e desenvolvidas pela civilização de Roma [...]” (HISOUR, 2022).

No que diz respeito ao abastecimento de água e esgoto, Roma tinha um planejamento que ia muito além do que se esperava para aquela época “[...] Os Romanos construíram numerosos aquedutos para fornecer água. A própria cidade de Roma era abastecida por onze aquedutos de calcário que forneciam à cidade mais de 1 milhão de metros cúbicos de água [...]” (HISOUR, 2022).

Sua organização administrativa, com relação aos seus cidadãos, era bem organizada - todo cidadão romano tem direitos: “Os cidadãos romanos, os servidores do Estado e os soldados se beneficiavam de proteções e privilégios [...]” (LE ROUX, 2005, p. 60) - diferente dos estrangeiros que eram colocados para realizar todo tipo de serviço braçal, mas não podiam opinar sobre as decisões com relação à cidade: “[...] os estrangeiros ou os viajantes provenientes das províncias eram considerados, de fato e de direito, como inferiores [...]” (LE ROUX, 2005, p. 60).

Os escravos que tinham algum conhecimento que era de grande valor, tinham benefícios, “[...] eram mais bem atendidos e alimentados, o que lhes conferia uma

expectativa de vida bastante superior [...]” (LE ROUX, 2005, p.41). Moravam em casas de cidadãos romanos, e era confiado a eles a educação do filho dos nobres, mas ainda eram escravos. Vale ressaltar que os escravos não tinham voz e nem direitos. Já com relação às mulheres, essas não tinham direitos, “[...] permaneciam inferiores aos maridos e aos próprios filhos, não somente porque não estavam autorizadas a participar do plano de carreira das magistraturas a serviço da comunidade, mas porque não gozavam dos mesmos em matéria de sucessão” (LE ROUX, 2005, p.42).

A urbanidade também era algo que se destacava em Roma: estradas, pontes, tudo isso em prazos curtos demonstrando todo o poderio tecnológico daquela época, com belos portais de entrada da cidade, muralhas bem fortalecidas, “[...] a urbanização expandida a um grau nunca atingido antes [...]” (LE ROUX, 2005, p.75).

Já com relação aos prédios em Roma, estes eram identificados conforme o seu uso como prédio para as práticas esportivas, tribunal e a Ágora onde os cidadãos decidiam sobre a cidade “[...] prédios excepcionais, destinados a proclamar o consenso das camadas sociais [...]” (LE ROUX, 2005, p.28).

No que diz respeito à religião romana, essa, além de estar ligada ao caráter cívico, era baseada em cultos aos antepassados e aos deuses: “A religião participava plenamente da construção da comunidade: os deuses deveriam ser venerados para que continuassem a ceder seu auxílio” (LE ROUX, 2005, p.56).

Já com relação às formas de governo, Roma teve três modelos: Monarquia, que “[...] se baseava numa espécie de sistema eletivo [...]” (BRANDÃO, OLIVEIRA, 2015, p.40), República - “Foi durante a república que Roma transformou-se de cidade em Império” (SCOPACASA, 2015, p.81) - e o Império - “Este teve a duração de quase três séculos e se foi expandindo lentamente acabando por se impor como um sistema de governo” (LE ROUX, 2015, p.4).

A Monarquia, tradicionalmente, era apontada com sete reis, muitos desses com uma boa chance de serem históricos, outros nem tanto, como é o caso de Numa Pompílio e Tulio Hostílio, segundo e terceiro reis de Roma. As características da monarquia romana se baseavam em um sistema eletivo, e o senado teria o poder de volta quando o monarca falecesse, conforme se lê abaixo:

Depois da morte do rei, o poder voltava para o senado (res ad patres rediit), que estabelecia comissões para ocuparem o governo como interreges (reis interinos). O processo se prolongava por um ano, depois do qual se procedia à reunião dos comitia curiata, nos quais o candidato proposto era

votado pelo povo (através da *lex curiata*) e sancionado pelo senado (pela *auctoritas patrum*). (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, p. 40).

Assim, o senado tinha o poder por um período juntamente com essas comissões reguladoras. Esse procedimento também foi realizado quando Roma passou a ser governada no sistema de República, quando os que representavam a nação romana faleciam ou quando não havia eleição para eleger novos representantes. Outro ponto característico da monarquia é que sempre havia uma ligação entre o monarca e quem iria sucedê-lo “[...] havia conexões entre os reis e seus sucessores. Por exemplo, ao possível sucessor era atribuído um cargo de importância no governo em curso” (BRANDÃO, OLIVEIRA, 2015, p. 41).

Já com relação às instituições no período da monarquia temos a sociedade, onde a família está inserida, e nesse contexto a família era vista como o pilar da sociedade romana e à frente se tinha o pai, que obtinha todos os poderes de vida e morte sobre os filhos. “Este núcleo enquadrava-se por sua vez numa organização gentílica, na medida em que várias famílias partilhavam um nome de uma mesma *gens* (clã)” (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, pg. 46).

Havia também no período da monarquia uma oposição entre os patrícios e os plebeus, mas não há certeza de onde surgiu tal oposição, há de se pensar que essa oposição envolva situações políticas, origens de cada povo, além das diferenças econômicas.

Os patrícios seriam uma minoria (a tradição fala de 300 famílias). Os plebeus não seriam talvez todos os outros, mas eram igualmente cidadãos, organizados em *gentes*. Esta oposição terá sido mais notória no início da República, período em que os patrícios parecem ter-se fechado sobre si e assumido a exclusividade no acesso aos cargos políticos e religiosos, bem como o controle do direito, o que gerou conflitos (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, pg.47).

Já o órgão do governo, no período da monarquia, tinha o rei, senado e o povo, que repartiam o poder da cidade-estado, cada um responsável por um órgão do governo, como no caso do rei: ele tinha o poder militar, jurídico e religioso; já o povo estava dividido inicialmente em cúrias, que constituíam três tribos <sup>4</sup>Ramnses, Titienses e Luceres - “Nomes que, segundo a tradição, derivam respetivamente de Romulo, de Tito Tácio e de Lucero [...]” (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015, p.48).

---

<sup>4</sup> Tribos romanas que constituíam a organização política de Roma, sendo que cada cidadão pertencia a uma tribo. (Brandão; Oliveira. História de Roma Antiga. Das origens a morte de César, p 48).

No que diz respeito à República, essa serviu de base para que o Império Romano fosse um dos mais duradouros da história, juntamente com um crescimento da população na política. “[...] Esse processo é conhecido como “movimento plebeu”, que culminou em 287 a.C. quando as decisões do conselho da plebe ganharam força de lei, graças à aprovação da <sup>5</sup>Lex Hortênsia (SCOPACASA,2017, pg. 81).

Há quem diga que essa expansão da República tenha sido imperialista e que os romanos estariam adotando um tipo de política com intenção de conquistar novos territórios.

O Império Romano surgiu em 27 a.C. e terminou com a conquista de Roma pelos godos em 410 d.C. ou 476 d.C.,

Considerado isoladamente, o Império Romano representava uma forma institucional e territorial do exercício do poder monárquico, mas ao qual eram associados os valores aristocráticos tradicionais, o direito público como fonte de legitimidade e uma dimensão religiosa que correspondia ao ponto de vista ideológico e à forma como raciocinavam as elites romanas e as de suas províncias (LE ROUX,2005).

O Império Romano reunia em torno de si várias cidades, isso devido à sua geografia, cidades que estavam interligadas em uma rede de relacionamentos que tinham como base a sociedade romana, sendo que cada cidade era constituída pela sua própria sociedade individual com sua hierarquia e uma alta cultura. O primeiro Imperador foi Otávio Augusto, que durante seu império reorganizou todo o Império Romano combatendo a extorsão e a corrupção que tinham marcado a república, sendo que um dos marcos do seu império foi a Pax Romana<sup>6</sup>, que era considerada uma das características mais importantes desta época. “[...] Esta sensação era compartilhada também nas províncias” (WENGST,1991, p.17).

Essa Pax Romana foi de grande importância, pois por muito tempo facilitou o desenvolvimento de políticas no âmbito social e cultural. “[...] em toda parte está o em vigor o mesmo direito “[...] (WENGST, 1991, p. 17).

---

<sup>5</sup> Estabelecia que as decisões dos plebeus eram válidas não somente para eles, mas também para todo o povo de Roma, sem obrigatoriedade do sufrágio dos senadores. (SCOPACASA, R. Poder popular e expansão da República Romana, p 81)

<sup>6</sup> Período da história romana, marcado por uma paz e por uma prosperidade econômica considerável. (WENGST, K. Pax Romana: pretensão e realidade, p 19).

## 1.5 CONCLUSÃO

Após realizarmos essa caminhada contextual sobre a Carta aos Romanos e todo o ambiente ao qual ela foi introduzida, vamos agora lançar um olhar a uma perspectiva exegética da mesma, traçando um caminho de justiça, graça e salvação dentro do contexto de realidade das comunidades ao qual o primeiro capítulo abordou.

Nesse segundo capítulo veremos como Paulo une o contexto romano da época com a visão exegética de romanos para levar as comunidades à perspectiva de justiça, graça e salvação.

Dentro dessas duas primeiras tendências podemos observar que a circuncisão era uma questão fundamental, sendo que com relação aos judeu-cristãos de vertente tradicional, povos vindos de outras nações eram agregados ao povo escolhido pela circuncisão.

## 2. INTRODUÇÃO

Após realizarmos o itinerário contextual da Carta aos Romanos, no primeiro capítulo, abordaremos agora de forma exegética a justiça, a graça e a salvação dentro da Carta aos Romanos. Sendo assim, no primeiro subtítulo que trata sobre a justiça, veremos como ela se manifesta na vida do homem através da fé em Jesus Cristo e não através da lei da retribuição. Já no segundo subtítulo veremos como a graça sendo dom de Deus atua na vida do homem livrando-o do pecado. No terceiro subtítulo abordaremos a salvação, tendo como base o povo de Israel e o povo gentio, e a fé em Jesus Cristo. E, por fim, no quarto subtítulo veremos como justiça e graça realizam esse processo de salvação.

### 2.1 A JUSTIÇA DE DEUS NA CARTA AOS ROMANOS, CAPÍTULOS 3, 21-31 E 5, 1-10

Com a vinda de Jesus Cristo, a história da humanidade tomou um novo curso, e dentro disto pode-se manifestar a justiça de Deus, e é a partir disto que Paulo se concentra para explicar como isto se realiza. Paulo articula isto em duas partes, “A primeira de caráter expositivo circunspecto, apresenta a tese paulina da justificação mediante a fé em Cristo (Rm 3,21-26). A segunda, por sua vez caracteriza-se por perguntas tenazes e respostas pontuais e agudas [...]” (PAZ, 2015, p.63).

A justiça de Deus em Romano, reflete a sua mansidão, demonstrando não somente que ele é justo, mas também justifica todo aquele que crê:

Observa-se que a justiça de Deus significa a ação de Deus em favor do ser humano. Ela não está associada a justiça retribuidora que executa castigos ou penas, o sentido original não contém a ideia de vingança, haja vista que a expressão é hebraica e está relacionada ao Antigo Testamento. A expressão está associada a distribuição, a justiça de Deus é distribuidora como ação salvífica para todos os que creem, porquanto todas as pessoas têm a necessidade dela para a justificação, porque todas as pessoas pecaram tornando-se injusta perante Deus. (LIMA, COLLI, 2018, p.22).

Dentro desse contexto, podemos observar que a justiça em Romanos se contrapõe totalmente com a doutrina judaica: a justiça de Deus é identificada como uma possibilidade de regate do homem que está no viés do pecado, “[...] exclui a imagem de um Deus censor característico do judaísmo rabínico, revelando o seu verdadeiro rosto de Pai [...]” (PAZ,2015, p.67). A justiça é totalmente ligada a Deus,

e não pode ser definida como uma capacidade humana, pois Deus a revelou por intermédio de Jesus Cristo, que por sua fidelidade fez com que essa justiça fosse manifestada.

A justiça de Deus está dentro da lógica da gratuidade, e não da lei e do dever. Esta lógica da justiça de Deus não faz distinção entre privilegiados e não privilegiados, entre judeus e gentios, “[...] frente a iniciativa, divina todos os seres humanos estão equiparados. Contudo saibam que são necessitados da salvação que é doada como *dom*, haja vista, todos serem chamados a fé” (PAZ, 2015, p.68).

Ainda nessa perspectiva da gratuidade da justiça a misericórdia se faz presente, pois através dela que também somos justificados, “[...] em virtude da redenção realizada por Cristo Jesus [...]” (CERFAUX, 2003, p. 162). Assim sendo, Cristo, sendo Instrumento de Deus para a nossa justificação, podemos assegurar que é a partir dele que a justiça de Deus se realiza em nossa vida. “[...] Cristo é justiça de Deus [...]” (CERFAUX, 2003, p. 162).

Por isso, a justiça de Deus contrasta totalmente com a via da corrente rabínico-farisaica do judaísmo. “Segundo Paulo, a fé em Cristo-único e definitivo lhe possibilitará refutar o terrível mecanismo com o qual o *homo religiosus* visa instrumentalizar a lei divina para a ordenação da autoconstrução meritória” (PAZ, 2015, p.68).

Ainda dentro dessa concepção de justiça que a Carta ao Romanos desenvolve, podemos perceber que, é através da fé em Jesus, que é uma justiça para todos sem distinção, sem separação, “[...] pois todos erraram (pecaram) e estão aquém (estão atrasados em falta) da glória de Deus [...]” (PAZ, 2015, p. 68). Assim, vemos que Deus foi de magnitude esplendorosa, pois enviou seu Filho Único para que, através dele, a humanidade se tornasse justa, não por sua própria vontade, mas por mérito divino. “[...] Deus enviou seu filho, a fim de nos justificar [...]” (CERFAUX, 2003, p. 344).

A partir dessa fé em Cristo, podemos perceber que há uma nova compressão com relação à justiça divina, o homem abre mão de sua independência e cria confiança na justiça divina. “[...] por meio da fé em Jesus Cristo; também nós cremos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela virtude da fé [...]” (CERFAUX, 2003, p.165).

Dentro disto a justiça de Deus se manifestou soberana, não tendo nenhuma ligação com a lei, e isso se torna de fundamental importância, pois na visão judaica

daquela época havia uma defesa de que Deus e a sua justiça premiariam apenas aqueles que fossem plenamente justos.

“[...] essa concepção não faz sentido, pois a justificação é obra exclusiva da fidelidade de Deus. Ele não exclui os gentios e os “transgressores” da lei, como soía<sup>7</sup> pensar a teologia dominante da corrente rabínico-farisaica. Pelo contrário, visto que ninguém é justo pelas próprias obras, por pura graça Deus intervém enviando ao mundo seu filho – portador da salvação [...]” (PAZ, 2015, p. 70).

A Justiça de Deus tem um elo com a teologia paulina, teologia essa que conceitua Deus como autor da justiça, justiça essa que há de se deixar claro que não é do viés punitivo, nem de viés de vingança, ou uma justiça que visa beneficiar o homem segundo as suas obras:

“[...] justiça de Deus” significa a fidelidade incondicional de Deus às suas promessas jamais atingidas pelo pecado do homem. Torna-se assim, sinônimo de atividade que purifica e restaura o homem empedernido pelo mal, para o qual não há saída. A revelação da justiça é, por conseguinte, a manifestação do amor misericordioso que oferece gratuitamente ao homem uma possibilidade de resgate, de perdão [...] (PAZ, 2015, p.71).

Assim, esse Ser Justo de Deus, implica que ele é fiel à sua promessa e esse é o principal motivo pelo qual o homem vem a se tornar justo, pois o homem, ao ver que Deus sempre será fiel, realiza um caminho para que, ao se tornar justo, ele possa ser capaz de ter uma nova relação de amor entre o homem e Deus. “A justiça de Deus se manifesta como força que, em seu amor misericordioso (*hesed*), restaura a união com o ser humano, realizando uma ação que transforma interiormente a pessoa humana. Daí a ‘justiça restauradora’ de Deus [...]” (PAZ, 2015, p. 73).

A justiça de Deus que é demonstrada em Romanos tem por efeito estabelecer um acesso junto a Deus, e fazer com que todo aquele que crê tenha acesso a ela, “[...] a justiça é igualmente a todos oferecida” (LEENHARDT, 1969, p.101). Sendo assim, essa justiça se realiza na existência dos homens para a sua justificação, sendo que ela age de forma gratuita e sem pedir nada em troca - a justiça divina não está ligada ao princípio da retribuição. “[...] Beneficiário não tem contribuição ou contraparte a oferecer: recebe tudo e não dá nenhuma coisa. É a benevolência, a generosa graça de Deus que estabeleceu esta nova ordem de coisas [...]” (LEENHARDT, 1969, p. 101).

---

<sup>7</sup> Como é costume (ex.: como sói acontecer, o povo foi esquecido).

Já a justificação pela fé é como a justiça um dom gratuito, que nos aproxima de Deus, ela não está ligada ao princípio da retribuição, como os judeus compreendiam, “O objeto da fé que nos justifica é a pessoa de Deus, juntamente com os dogmas revelados no Evangelho” (HAHN, MITCH,2016, p.36). Assim sendo, após sermos justificados mediante a fé em Jesus Cristo, caminhamos rumo à salvação que essa justificação revela juntamente com a fé “[...] pela fé, reencontra o crente um caminho par aproximar-se de seu Deus [...]” (LEENHARRDT ,1969, p. 135).

Esse aproximar-se de Deus mediante a justificação pela fé expressa um sentimento de esperança da gloria de Deus que foi prometida, sendo que ela é enraizada em Deus “[...] porque o amor de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado” (LEENHARDT, 1969, p.137). Desta forma Deus, através de Cristo, demonstrou sua benevolência para com o homem, quando este era ímpio, “[...] Deus com respeito aos homens; teve lugar no tempo que Ele quis, no tempo conveniente, e em condições que manifestaram uma intenção precisa da parte de Deus, Sua vontade salvadora, Sua justiça salvífica” (LEENHARDT, 1969, p.138).

Podemos então concluir nesse primeiro subtítulo que Deus, ao revelar a sua justiça, para a justificação do ímpio através do sangue de Cristo, e da fé N’ele, assim esse sacrifício estabeleceu uma relação de amor.

A prova de que Deus nos ama” - A morte de Cristo nos revela a magnitude do amor incondicional de Deus pelo mundo” (1Jo 3,16). Esse amor se torna ainda mais extraordinário quando entendemos que o mundo sendo ímpio (5, 6) e inimigo de Deus (5,10), não o merecia [...] (HAHN, MITCH,2016, p.40).

## **2.2 A GRAÇA DE DEUS NA CARTA AOS ROMANOS, CAPÍTULO SEIS**

Dentro do conteúdo do capítulo seis da Carta aos Romanos, podemos observar que há de se fazer uma separação entre pecado e graça, pois o apóstolo deixa claro que não se pode desejar ficar no pecado para que a graça seja constante “[...] que devemos permanecer no pecado a fim de que a graça se multiplique? De modo algum! Nós, que morremos para o pecado, como haveríamos de viver ainda nele? [...]” (Rm 6,1-3).

Esse pensamento vai totalmente contra a lógica e contra o objetivo da graça, que é o de perdoar os pecados e ajudar a evitar os futuros. Pois a graça de Deus fez

com que fossemos mortos para o pecado. Sendo assim, essa graça vem através do batismo, que nos une a ele e liberta-nos da vida antiga. “O batismo nos une ao Cristo crucificado e ressuscitado, para que, unidos à sua morte, nossos pecados também morram e, unidos à sua ressurreição, nossas almas sejam preenchidas com vida nova” (HAHN, MITCH, 2016, p.43).

Sendo assim, pela graça do batismo ao qual o apóstolo fala em romanos, somos sepultados com Cristo, para que o homem velho possa ter o corpo do pecado destruído e não sirvamos mais como escravos do pecado, pois o batismo aniquilou o velho homem<sup>8</sup>.

O despojamento do “corpo do pecado” tem por alvo a libertação do homem escravo do pecado. A união com Cristo em Sua morte e a participação no poder de Sua ressurreição conferem ao crente uma nova possibilidade de existência; a solidariedade adâmica é rompida, a solidariedade crística é instituída (LEENHARDT, 1969, p. 164).

Outro ponto que é observado na Carta aos Romanos é com relação à graça, e à morte de Cristo, pois o batismo nos une a Cristo crucificado, e ao Cristo ressuscitado “ para bem indicar que um estatuto antigo está suspenso, que um novo estatuto foi instaurado [...]” (LEENHARDT, 1969, p.164). Assim, podemos compreender que, envolvidos pelo batismo na morte, e ressuscitando com ele, damos início a uma nova vida.

Assim podemos perceber que esta graça vem com uma nova condição espiritual, sendo uma força interna que contribui para refrear as inclinações a favor do pecado, para que este não impere mais naquele que teve um novo estatuto instaurado.

De fato, a graça de Deus, o seu dom, o seu amor com a humanidade manifestou-se por excelência em Jesus Cristo, que é a concretização desta graça, os batizados têm acesso pela fé, e não pelas próprias obras, ao favor de Deus, assim já não são mais escravos do pecado nem da lei (ARRIGO, 2019, p. 55).

Esta graça tem um intuito santificante, além de convidar o cristão a diariamente morrer para o pecado, e a sempre voltar a essa união com Cristo através do batismo, pois enquanto batizado, o Cristão foi libertado das garras do pecado, “[...] o cristão é como um país que, sendo sido invadido e ocupado por um

---

<sup>8</sup> O “velho homem” para Paulo caracteriza-se pelo pecado. Um ser que vive fora do centro da vontade de Deus; é escravo dos seus próprios desejos. (HAHN; MITCH. A Carta de São Paulo aos Romanos, p 44).

inimigo brutal, é agora invadido por uma força amiga determinada a expulsar o poder ocupante” (ARRIGO,2019, p.56).

Assim podemos perceber que Paulo exorta os crentes a manifestarem essa sua separação do pecado de forma ativa, onde que pelo batismo e pela união com Cristo os cristãos realizem o bem. “Deste modo, a graça é vista como vida nova em Cristo que começa no batismo e necessita da resposta do homem através do serviço à justiça, num novo conhecimento e ação” (ARRIGO, 2019, p. 58). A graça sendo esse dom de Deus torna o cristão livre para que ele possa ser capaz de realizar o bem e de se autorrealizar com relação à santidade.

Assim, o agir ético transforma em santo, no sentido em que permite que os batizados realizem sua própria vocação a santidade. Embora não estejam mais submetidos à lei estão chamados a uma santidade não menor do que aquela a que estavam chamados os judeus no que respeita a esta lei, porque não é a lei que estabelece o código da santidade, mas o estar mortos e vivos com Cristo. (ARRIGO,2019, p.59).

Podemos então compreender que a santidade é uma graça recebida no batismo e que, gradativamente crescendo conforme o Espírito penetra, no cristão, faz com que vivamos. “Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Com efeito, não recebestes um espírito de escravos, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos [...]” (Rm 8,14-15). Assim, essa santidade que é essa graça recebida no batismo penetra no cristão e faz com que ele obtenha essa outra graça que é a de ser chamado de filho de Deus.

### **2.3 A SALVAÇÃO DE DEUS NA CARTA AOS ROMANOS CAPÍTULO 11**

Lançaremos um olhar agora sobre a salvação que a Carta aos Romanos aborda, tendo como base o povo de Israel, onde podemos perceber que mesmo diante da infidelidade desse povo, Deus não os rejeitou: “[...] a falta de fé de Israel não anula a fidelidade de Deus, que se recusa a abandonar seu povo [...]” (HAHN, MITCH, 2016, p.60). Essa infidelidade do povo de Israel estava ligada ao endurecimento do coração, uma limitação que é superada por Deus, que realiza a liberação desse estado de endurecimento, pois a finalidade dessa salvação que Romanos fala é que Deus deseja atingir a plenitude das nações com a sua salvação.

Essa transgressão que Israel teve por conta do seu duro coração de certo modo foi benéfico para os gentios “[...] o seu abatimento em riqueza para os gentios, quanto mais a sua plenitude [...]” (LEENHARDT,1969, p.287). Assim, a salvação de

Deus se abriu às outras nações para reuni-los junto ao povo eleito. “Israel é indispensável à consumação do plano de Deus. Ver-se-á que é plenamente verdadeiro que Deus não desejou afastar Israel para sempre, quando experimentará em sua totalidade a salvação [...]” (LEENHARDT, 1969, p. 287).

Os gentios vindos de outras nações desprezavam o povo eleito pois alguns desses tinham um olhar de indiferença para com o povo de Israel, criando um mal-estar, e querendo criar uma situação de que eles vieram para substituir o povo eleito e não para se fazer um só povo.

Alguns gentios convertidos olhavam com desdém para o povo de Israel, como se tivessem substituído o povo da Aliança na era messiânica. Paulo não só repudia esse comportamento (11,1), como avisa que os gentios podem ser rejeitados tão facilmente quanto foram aceitos. (HANH, MITCH, 2016, p. 61).

Após isso vemos que a carta já fala da conversão de Israel que se tornou também um caminho de salvação para o povo gentio, fazendo com que eles se tornassem um povo messiânico, e dentro disto podemos observar que há uma analogia com a parábola da oliveira, que vem a ser composta pelo povo de Israel, que era a oliveira nobre, e na qual Deus enxertara os brotos de oliveira selvagem, que eram os gentios conforme o excerto dos autores Hanh e Mitch:

Essa analogia nos mostra que o povo de Israel não está sendo rebaixado de sua posição de nação favorecida, tampouco os gentios estão sendo elevados quando passam a participar de suas bênçãos. Do mesmo modo que os gentios são enxertados na Aliança por meio da fé, também os israelitas desmembrados serão enxertados na árvore se tiverem fé em Jesus Cristo (HANH, MITCH, 2016, p. 62).

Pelo fato de serem ramos enxertados no tronco, os pagãos convertidos em cristãos devem agora ter sentimentos de respeito para com todo o judeu que também se converteram, pois essa analogia da oliveira que é enxertada nada mais é do que a manifestação da salvação que a Carta aos Romanos revela. Deus dentro dessa analogia da oliveira realiza um perfeito equilíbrio entre a bondade e a severidade para com os ramos que caíram e bondade para com aqueles que permanecem fiéis. “[...] Deus prepara a seu modo (eis o mistério), esta manifestação da bondade por tal severidade [...]” (CERFAUX, 2003, p. 182).

Tanto essa bondade quanto essa severidade de Deus, estão intimamente ligados à sua fidelidade e à sua salvação, pois Ele sempre está disposto a enxertar o ramo novamente. “E eles, se não permanecerem na incredulidade, serão

enxertados, pois Deus é capaz de os enxertar novamente” (Rm 11, 23). Podemos então observar que todo esse processo de salvação não ocorre de forma mecânica, tanto a fé como a incredulidade levam Deus a tomar decisões, como nessa analogia dos ramos de oliveira: “[...] pela sua incredulidade foram quebrados; tu, porém, mediante a fé estás firme.” (LEENHARDT, 1969, p.292).

Deus não faz acepção de pessoas para salvar, ele concede esse dom a todos de forma livre para que a opção de salvação seja feita pelo homem. Deus o chama à salvação e o homem, na sua liberdade, responde sim ou não a esse chamado. Não se pode achar presumidamente que a salvação é privilégio somente de alguns, ou um dom particular. “É um grande convencimento e um grande perigo essa postura. O céu é de todos, Deus é de todos, e a salvação é de todos” (STRABELLI, 1990, p. 117).

Sendo assim, essa analogia da videira vem demonstrar que a salvação ela acontece como um processo, onde enxertados na videira nobre que é Cristo o povo de Israel, e os gentios alcançam a salvação.

Mas para que essa salvação possa ser de todos nós, temos que ser obedientes à Sua vontade, e não desobedientes como foram os pagãos que não reconheceram e nem seguiram a Jesus Cristo, mas pela misericórdia de Deus foram chamados a essa salvação. A salvação é, pois, obra de Deus, que a concede a todos por graça e misericórdia. Ninguém, portanto, julgue ninguém. Quando todos os povos, reconhecidos como plenitude das nações, “[...] alcançarem a salvação, também o povo de Israel, o povo de Deus será salvo” (STRABELLI, 1990, p. 119).

Assim a promessa de salvação que Deus fez a Israel não será revogada, pois o zelo pelo seu povo é por toda a eternidade. Sendo assim, se celebra a sabedoria infinita de Deus que salvou o mundo inteiro através de seu filho Jesus Cristo.

Portanto não existe mais condenação para aqueles que estão em Cristo Jesus. Pois a lei do Espírito da vida em Cristo me libertou da lei do pecado e da morte. De fato, coisa impossível à lei, porque enfraquecida pela carne Deus, enviando o seu próprio filho numa carne semelhante à do pecado e em vista do pecado, condenou o pecado [...] (PATTE, 1987, p. 376).

Por isso percebemos como a intervenção de Deus se faz necessária para a salvação do povo, pois foi através dessa intervenção a qual denominamos Jesus Cristo que Deus manifestou a sua salvação para com o povo eleito, e para com os povos de outras nações que se converteram e aceitaram a fé em Jesus Cristo - e não pelas obras da lei. “Paulo durante seu ministério contestou duramente os judeus

pieçosos que pelas obras da lei se esforçavam para cumprir a fim de que Deus, por causa disso, os justificassem” (LIMA, COLLI,2018, p.31).

Assim, podemos ver que a salvação se manifestou em ambos os povos por conta da desobediência do povo eleito, e essa desobediência foi necessária para que o povo gentílico tivesse acesso à salvação. “Deus permitiu que todos pecassem para que todos pudessem receber a salvação (3,9.23). Seu Plano de salvação avança apesar da rebelião do homem” (HAHN, MITCH,2016, p.63).

Assim, o capítulo 11 de Romanos é concluído com uma grande exortação ao amor e à misericórdia de Deus que se manifestou através de Jesus Cristo, na vida do povo eleito e do povo gentílico pela adesão à fé. “[...] Paulo suspira ao ver o plano insondável e impenetrável de Deus para a salvação do mundo por meio de Cristo” (HAHN, MITCH,2016, p.63).

#### **2.4 JUSTIÇA E GRAÇA COMO PROCESSO DE SALVAÇÃO NA PERSPECTIVA TEOLÓGICO EXÉGETICO NA CARTA AOS ROMANOS**

Dentro dessa concepção sobre justiça e graça como processo de salvação, podemos compreender que esse processo parte única e exclusivamente desses dois dons, não obtendo nenhum elo ligação com a lei, e nem com a realização de obras humanas, mas sim através da fé em Jesus Cristo. “[...] É pela fé em Cristo, que somos justificados e salvos; portanto, a lei não tem mais utilidade nenhuma [...]” (CERFAUX, 2003, p. 143).

Sendo assim, a justiça de Deus, juntamente com a graça, é revelada ao ser humano que realiza esse processo mediante o sacrifício de Cristo. Sacrifício esse que transmite a salvação a todo aquele que crê. Assim, o sacrifício de Cristo justifica os pecadores, e a graça dessa justificação acaba por resolver o problema do pecado, onde Deus revela seu amor, através de Cristo e, através desse amor, Ele realiza a salvação na humanidade. “Através do sacrifício de Jesus Cristo, Deus realiza o processo de justificação pela graça para benefício das pessoas culpadas e pecadoras diante da justiça de Deus” (LIMA, COLLI,2018, p.27).

A graça de Deus entra como uma condição indispensável para a realização desse processo de salvação, salvação esta que acontece por uma única via que é a fé em Jesus Cristo e não pelos méritos do homem.

Nos dias de hoje verifica-se pessoas que insistem em embasar a sua salvação nos próprios méritos, como que sua boa conduta, seu bom caráter, sua habilidade, sua moral elevada e prática de boas ações lhe dessem o direito de salvação. Contudo se as obras humanas concedessem a salvação própria não haveria a necessidade de Cristo ter morrido na cruz [...] (LIMA, COLLI, 2018, p.31).

Assim, a justiça e a graça se tornam um penhor da nossa salvação, pois a fé em Jesus Cristo nos justifica e nos dá a graça da salvação. Esta fé é a nossa resposta humana a essa oferta gratuita da justiça e da graça para a nossa salvação.

Dentro desse processo de salvação que envolve a fé não podemos deixar de lado a obediência como um modo de agradecimento a Deus pela sua justiça e pela sua graça em prol da nossa salvação. “A obediência é uma consequência da salvação. A pessoa que recebe a graça para ser santo é obediente [...]” (LIMA, COLLI, 2018, p. 33).

Essa obediência a Deus, não pode ser vista como uma forma de legalismo, mas deve ser vista como uma forma de generosidade das pessoas que pela fé se submetem à vontade de Deus e ao senhorio de Cristo Jesus. “A obediência à lei moral de Deus demonstra maturidade na fé cristã e reverbera uma vida autenticamente salva, que entendeu e vive na plenitude da graça de Deus” (LIMA, COLLI, 2018, p. 33).

A obediência dentro desse processo de salvação está ligada diretamente a Cristo, pois foi através dessa obediência que a salvação que se origina nele chegou até nós. “[...] Cristo origem e causa dela [...]” (CERFAUX, 2003, p. 187).

Outro ponto desse processo de salvação é o Evangelho, pois fora dele não há como esse processo acontecer, pois a palavra de Deus nos justifica e nos dá a graça de sermos salvos. “O Evangelho é o poder de Deus para a salvação, porque a justiça de Deus nele se revela [...]” (LEENHARDT, 1969, p.45).

Dentro disto, temos que deixar claro que o Evangelho não é uma mera informação sobre a salvação, mas faz parte desse plano salvífico de Deus: “No Evangelho completa-se a atuação salvífica de Deus [...]” (SCHNELLE, 2010, p.392).

Assim, dentro desse processo de justiça e graça o Evangelho vem para integrar e anunciar a salvação - a todos, sem distinção. “[...] o Evangelho precisa ser pregado universalmente a todas as nações, para que possam ser salvas [...]” (SCHNELLE, 2010, p.392).

## 2.5 CONCLUSÃO

Podemos então chegar à conclusão deste capítulo demonstrando como a justiça e a graça englobam esse processo de salvação, unindo-se a outros aspectos fundamentais, como a fé em Cristo, o Evangelho e a obediência, que são de extrema importância pois, sem esses aspectos, todo esse processo não se realiza.

A justiça que é manifestada através da fé em Jesus Cristo, que é anunciada pelo evangelho, faz com que recebamos a graça que nos leva à salvação. Sendo assim justiça, graça e salvação, tendo como base a fé em Cristo e o seu Evangelho, realizam na vida de todo aquele que crê e é obediente esse belo processo agraciado pela fé, e pela palavra alcançamos a salvação em Jesus Cristo. Dentro disto, veremos no terceiro capítulo como Paulo trabalha esses aspectos de justiça, graça e salvação dentro de uma visão teológico-paulina, trazendo elementos fundamentais para a compreensão do processo de salvação.

### 3. INTRODUÇÃO

Após traçarmos um caminho exegético no segundo capítulo, onde trabalhamos a perspectiva sobre justiça, graça e salvação, iremos agora, neste terceiro capítulo, abordar uma visão teológico-paulina sobre justiça, graça e salvação, e como Paulo trabalhou essas três vertentes na Carta aos Romanos e como cada uma dessas vertentes realiza seu caminho para que a salvação possa ser realizada e vivida.

#### 3.1A TEOLOGIA DA JUSTIÇA NA CARTA AOS ROMANOS CAPÍTULOS 3, 21-31 E 5, 1-10

O presente caráter da justiça que é proclamando pelo apóstolo Paulo, na Carta aos Romanos, tem sua revelação em Cristo, além de ser colocada muito próxima à fé, não tendo relação com a lei “[...] nenhum homem é justificado pelas obras da lei, mas por meio da fé em Jesus Cristo [...]” (CERFAUX, 2003, p. 165).

Podemos perceber o grande contraste que acontece quando Paulo deixa claro que a justiça de Deus acontece mediante a fé em Cristo e não mediante a lei judaica, sendo que essa justiça é para todos, “[...] justiça de Deus que opera através de Jesus Cristo, em favor de todos os que creem – pois não há diferença [...]” (Rm 3, 22).

Assim, essa justiça operando através de Jesus Cristo, não comunica Deus, mas sim nela se dá a revelação de Deus. Podemos perceber que Jesus tem um papel fundamental sendo único mediador para que a justiça possa se manifestar na vida do homem e assim leva-lo à salvação. “Deus manifesta sua fidelidade ao plano da salvação, restabelecendo o homem em sua dignidade de filho e em seu status original, por meio de Jesus” (PAZ, 2015, p. 76).

Dentro dessa concepção de justiça de Deus, que Paulo apresenta em Romanos, podemos perceber que ela é a única explicação para com a qual os pecadores anteriores à ação salvífica de Cristo pela morte não foram punidos. “Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora [...]” (Rm 3, 25).

Podemos observar que Paulo, dentro do conteúdo da Carta, insiste que a vida do homem que é justo pela fé, é a vida caracterizada pela paz com Deus, e pela reconciliação. “Tendo sido, pois justificados pela fé, estamos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora recebemos a reconciliação” (Rm 5,1,11). Essa reconciliação que Paulo fala, deve estar ligada à justificação, pois envolve necessariamente os homens que são justificados, sendo assim, isso significa que eles foram reconciliados. “Deste modo, a justificação, por Deus dos pecadores implica necessariamente também a reconciliação deles, o afastamento da inimizade, o estabelecimento da paz” (CRANFIELD, 2005, p.105).

Justificação e reconciliação estão ligadas no Cristo, pois através da sua morte fomos justificados e reconciliados com Deus Pai. “Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo, pois era Deus que em Cristo reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens suas faltas e pondo em nós a palavra da reconciliação” (2Cor 5,18-19).

Outro ponto importante sobre a justiça de Deus que Paulo aborda é a revelação da justiça através da morte de Cristo, “Deus fez de Cristo um meio de propiciação em sua morte e, desse modo, manifestou sua justiça em sua morte” (RIDDERBOS, 2004, p. 188). Com a morte de Cristo, Deus mostrou o poder de sua justiça, pois até esse momento Deus não havia punido os homens pelos pecados, pois reteve seu julgamento. “Agora, no tempo presente, Deus abandonou, entretanto, essa atitude de espera e mostrou sua justiça vindicadora na morte de Jesus” (RIDDERBOS, 2004, p.188).

Sendo assim, com a morte de Cristo, Deus deu uma demonstração do seu justo julgamento, agora com a ressurreição ocorreu a nossa justificação, “[...] sua ressurreição foi a demonstração e prova da justiça absolvidora de Deus [...]” (RIDDERBOS, 2004, p. 188).

Dentro dessa teologia de Paulo, podemos observar que a expressão justiça de Deus é usada em um sentido duplo. Logo no versículo 21 do capítulo três, podemos observar uma qualidade legal que Deus confere ao homem, legal no sentido da lei. “Agora, porém independentemente da lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos Profetas [...]” (Rm 3,21).

Já nos versículos 25 e 26, podemos observar que Paulo fala em uma justiça vindicativa ou justificadora “[...] e são justificados gratuitamente, por sua graça, em

virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o expôs como instrumentos de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora” (Rm 3,25-26).

Essa justificação que Paulo aborda vem de Deus, é ele quem concede a todos essa oportunidade. “Todavia a justificação ela não é automática, bastando crer apenas no Senhor Jesus. Ela exige a participação efetiva da pessoa que se expressa pela adesão e pelo compromisso com o Cristo” (STRABELI, 1990, p. 38).

Paulo também trabalha a justificação dentro do âmbito da fé em Jesus Cristo, pois a fé nele é que nos justifica e nos salva: “[...] a fé justifica o homem[...]” (STRABELI, 1990, p.40). Uma fé que não tivesse um compromisso, e nem adesão, não valeria de nada para a justificação, ela estaria ligada à materialidade da lei, sendo que a lei não salva, “[...] não dá a força para o homem vencer os desafios na vida [...]” (STRABELI, 1990, p.40).

Paulo diz que somos justificados e santificados pela fé, pelo sangue de Cristo, pois é através de sua morte que somos salvos. Essa salvação foi nos dada através da morte de Cristo que nos justificou e nos salvou. “E se Deus enviou Jesus para morrer por nós quando éramos pecadores, agora que estamos reconciliados por sua morte, temos certeza de que seremos salvos” (STRABELI, 1990, p.52).

Paulo, ao falar que estamos justificados pela fé, deixa claro que não há mais a necessidade de temermos o Senhor, pois não somos mais inimigos de Deus “[...] estamos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem tivemos acesso, pela fé, a esta graça [...]” (Rm 5,1). A justificação pela fé é tão grande que ela proporciona motivos para glorificar “[...] porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado [...]” (Rm 5,5).

Não há como duvidar dessa justificação de Deus, pois no tempo em que vivíamos como ímpios ele enviou seu filho para a morrer por nós, “[...] na hora certa – Nem cedo, nem tarde; mas exatamente no ponto do tempo que a sabedoria de Deus sabia ser mais adequado do que qualquer outro. Cristo morreu pelos ímpios” (WESLEY, 2000, p.41).

### 3.2A TEOLOGIA DA GRAÇA NA CARTA AOS ROMANOS CAPÍTULO SEIS

Paulo, no capítulo seis, vislumbra que, por iniciativa de Deus através de Jesus Cristo, temos acesso à graça, “[...] a graça como auxílio para realizar o bem [...]” (ARRIGO,2019, p. 53). Paulo deixa claro que não podemos continuar ligados ao pecado, mas sim temos que estar ligados à graça, pois é através da graça do batismo em Cristo que morremos para o pecado.

Podemos perceber que essa vida nova que Paulo fala especificamente no capítulo seis é a graça de Deus para conosco, da vida nova que vem através da sua morte e da sua ressurreição, e faz com que nos tornemos um só, tanto pela morte quanto pela ressurreição “[...] nos tornamos uma coisa só com ele por morte semelhante à sua, seremos uma coisa só com ele também por sua ressurreição [...]” (Rm 6,5).

De fato, a graça em Romanos tem um poder transformador, ela como dom de Deus que veio para nós através de seu filho não nos deixa indiferentes a esta graça da vida nova, “[...] é uma graça santificante e que requer uma adesão pessoal [...]” (ARRIGO, 2019, p. 55).

Essa adesão pessoal à graça acontece através do batismo, onde por ele se cria uma ruptura com o pecado e a incorporação a Cristo que é a plenitude da graça de Deus. “[...] a graça de Deus, o seu dom, o seu amor com a humanidade manifestou-se por excelência em Jesus Cristo. [...]” (ARRIGO,2019, p.55). Deste modo, Cristo é essa graça por excelência, é a concretização desta graça a qual os batizados têm acesso pela fé e não pelas próprias obras. “[...] assim, já não são mais escravos nem do pecado, nem da lei” (ARRIGO,2019, p 55).

Paulo dentro dessa dinâmica não fala que o pecado está morto, mas que os batizados já estão mortos para o pecado, sendo que eles ressuscitam com o Cristo para uma vida nova que é a graça, “[...] o pecado não deveria voltar a dominá-los [...]” (ARRIGO,2019, p 56).

Por isso, o Cristão que recebeu a graça, através da fé em Cristo, é convidado a morrer diariamente para o pecado, e voltar a esta união da graça que acontece através de Cristo pelo batismo. “[...] De fato existe uma relação entre o já e o ainda não, porque o cristão terminou com a morte; por um lado, deu-se a morte da velha humanidade e, por outro lado, surgiu a vida nova em Cristo [...]” (ARRIGO, 2019, p. 56). Essa vida nova que é livre do pecado é a graça que Paulo fala em Romanos.

Por isso o cristão que alcançou a vida nova pela graça e pelo batismo foi liberto do pecado, no sentido que ele não é mais escravo dele. “[...] o cristão é como um país que, sendo invadido e ocupado por um inimigo brutal, é agora invadido por uma força amiga determinada a expulsar o poder ocupante” (CRANFIELD, 2005, p 105).

Paulo, na Carta aos Romanos 6,15 e 6,17, demonstra como a graça não é libertinagem, mas, pelo contrário, é dom de Deus, “[...] o cristão se torna livre no sentido de ser capaz de realizar o bem e de se autorrealizar, sendo essa realização a santidade” (ARRIGO,2019, p. 59). Assim, para Paulo, a liberdade cristã não é uma libertinagem, mas um serviço a Cristo motivado pela graça. “Obedecestes de coração para indicar que há uma cooperação e uma participação ativa na graça, em que esta não é uma força que elimina a liberdade [...]” (ARRIGO, 2019, p. 59).

### **3.3A TEOLOGIA DA SALVAÇÃO NA CARTA AOS ROMANOS CAPÍTULO 11**

A salvação que Paulo anuncia no capítulo onze da Carta aos Romanos é uma salvação que está destinada ao povo de Israel, povo que não foi rejeitado pelo Senhor Deus. “Não repudiou Deus o seu povo que de antemão conhecera [...]” (Rm 11, 2). Paulo se dá como exemplo também para demonstrar que Deus não repudiou o povo eleito. “[...] sou israelita, da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim [...]” (Rm 11,1). Sendo assim, Deus não rejeitando Paulo, não ia rejeitar ao seu povo. “[...] Paulo deliberadamente se identifica como israelita, da descendência de Abraão, da tribo de benjamim” (DUNN, 2003, p. 589).

Paulo, em Rm 11, 17-24, traz a oliveira como imagem de Israel, sendo uma única árvore, que representa um único Israel, “[...] sequer sugere que a árvore poderia ser cortada e substituída por outra” (DUNN, 2003, p.594). Assim, Paulo diz que os ramos que são enxertados nessa árvore não formam uma planta diferente ou separada, ambas pertencem igualmente a Israel e se beneficiam da sua salvação. “[...] foste enxertada entre eles, para te beneficiar com eles da seiva da oliveira” (Rm 11,17).

Paulo também parte de uma distinção entre Israel como oliveira cultivada e os gentios como provenientes de uma oliveira brava<sup>9</sup>. “A identidade de Israel começa,

---

<sup>9</sup> Oliveira brava, é uma oliveira incapaz de dar frutos, tendo que ser enxertada em uma oliveira que frutifica.

portanto, com a distinção básica do Israel histórico das outras nações” (DUNN, 2003, p. 594). Isso não cria uma distinção no que diz respeito à salvação, ao serem enxertados na raiz da oliveira que é Israel. Os gentios também começam a fazer parte dessa salvação, pois é através dessa raiz que vem a sustentação. “[...] não és tu que sustenta a raiz, mas a raiz sustenta a ti” (Rm 11,18).

Outro ponto que Paulo aborda dentro da sua teologia da salvação é que os gentios cristãos não deveriam se vangloriar por serem enxertados na oliveira fecunda, mas deveriam manter-se firmes na fé pois, se os ramos da oliveira natural não foram poupados, imagine os ramos enxertados. “O corte dos ramos do Israel histórico certamente visava dar lugar para os gentios dentro de Israel (11,19-20). Mas isso não inverteu o papel à linha de dependência de todos os ramos das raízes históricas” (DUNN, 2003, p.594).

A fé também está ligada à salvação, pois só através dela que os ramos têm lugar na oliveira que é Israel. “[...] a base na qual os ramos têm lugar dentro de Israel é a fé [...]” (DUNN,2003, p. 594). Aqueles ramos que pela incredulidade não tiveram acesso à fé, também não tiveram acesso à salvação. “Eles foram cortados pela incredulidade, não te ensoberbes, mas teme[...]” (Rm 11,20).

Paulo deixa claro que por trás de todo esse processo que envolve fé e salvação, tanto da oliveira fecunda quanto da oliveira brava, está Deus. “Foi Deus quem não poupou os ramos naturais, e foi Deus quem enxertou os ramos da oliveira brava” (DUNN,2004, p. 594).

A oliveira é, portanto, uma lição sobre a bondade e a severidade de Deus na vida tanto do povo de Israel, quanto dos gentios. “[...] para com os que caíram, severidade, mas para contigo a bondade de Deus [...]” (DUNN,2004, p.595). Numa palavra, nas mãos de Paulo, a oliveira acaba por ser tornar uma das maneiras mais eficientes e admiráveis de demonstrar a sua teologia sobre Israel no desígnio salvífico de Deus. “[...] expresso na sua bondade e na sua severidade [...]” (DUNN, 2004, p.595).

Ainda dentro dessa temática da salvação de Israel, Paulo afirma que essa plenitude da salvação só acontecerá quando essa plenitude tiver alcançado os gentios. “Israel como nação, não voltará a mostrar a imagem de povo de Deus antes que os gentios também tenham recebido sua plena participação nesse povo” (RIDDERBOS, 2004, p. 400). Sendo assim, Israel será salva, a partir da interdependência dos gentios. “[...] Israel, que foi escolhida dentre os gentios deve,

ao contrário de toda a expectativa humana, primeiro dar passagem aos gentios” (RIDDERBOS, 2004, p. 401).

Assim Israel acabou se tornando uma casa de salvação para os gentios, e Deus não concede misericórdia nenhuma a Israel sem os gentios, mas dentro dessa situação ele cria uma interatividade entre Israel e os gentios para que a salvação aconteça para ambos “[...] Deus não concede misericórdia alguma a Israel sem os gentios, mas também não o faz aos gentios sem Israel” (RIDDERBOS, 2004, p. 401).

Assim, por um lado Israel está ligado à Igreja dos gentios, e a Igreja dos gentios está comprometida com Israel. “[...] Paulo pode ver a Igreja dos gentios como sendo dotada de todos os privilégios e bênçãos de Israel [...]” (RIDDERBOS, 2004, p. 402).

Ninguém pode dizer que o povo judeu foi rejeitado por Deus e excluído, definitivamente, da salvação. “[...] o povo judeu continua com a possibilidade de salvar-se, como todos os demais povos” (STRABELI, 1990, p. 118). Mas nem tanto os judeus quanto os gentios podem se considerar salvos, somente por já pertencer ao povo eleito de Deus, ou ao novo povo de Deus.

Os gentios chamados a pertencer ao novo povo também eram desobedientes, não conhecendo nem seguindo a Jesus Cristo, “[...] mas foram chamados à salvação também pela misericórdia de Deus” (STRABELI, 1990 p. 118-119). Sendo assim, a salvação é obra de Deus que a concede por graça e misericórdia sem distinção: “[...] quando todos os povos, a plenitude das nações, alcançarem a salvação, também o povo de Israel e o povo de Deus, será salvo” (STRABELI, 1990, p.119).

### **3.4 JUSTIÇA E GRAÇA COMO PROCESSO DE SALVAÇÃO NA PERSPECTIVA TEOLÓGICO-PAULINA EM ROMANOS**

Fundamental para a concepção paulina do processo de salvação, é, portanto, a sua convicção de que o crente ainda não chegou ao fim: “[...] ainda não é perfeito, está sempre em in via, a caminho. É isso que determina a experiência do ser salvo [...]” (DUNN, 2004, p. 527). É a partir desse caminho que a justiça ingressa nesse processo de salvação, pois ela nos justifica.” “[...] justificados pela fé [...]” (Rm 5,1).

Sendo assim, essa justificação faz com que possamos dar o primeiro passo rumo à salvação.

Dentro desse processo de justiça e graça para a salvação, podemos observar que a justiça vem pela graça e pela fé que temos em Cristo; a graça faz com que sejamos justificados. “[...] justificação pela fé somente, juntamente com ela compreendemos a exclusividade da graça de nossa redenção” (SPROUL,2011, p. 116).

Assim tanto a justiça e a graça fazem com que aquele que está nesse processo rumo à salvação, tenha um norte a seguir e fique perdido sem um rumo seguindo outras doutrinas conforme Paulo fala na Carta aos Efésios “[...] Joguetes das ondas, agitados por todo vento de doutrina [...]” (Ef 4,14). Sendo assim, para que esse processo se realize de forma plena na vida daquele que crê, não podemos ceder a esse tipo de situação, “[...] inclinando de um lado para o outro, e nunca chegando a um ponto de convicção ou certeza de salvação [...]” (SPROUL, 2011, p. 117).

Algumas pessoas têm a compreensão de que a salvação não necessita de um processo, e acabam por dar um salto no escuro “[...] fechar olhos, respirar fundo, dar o salto da fé [...]” (SPROUL,2011, p.118). Por isso a fé é essencial para que esse processo se realize de forma íntegra e consciente. “Fé é confiar absolutamente naquilo que é preeminentemente digno de confiança” (SPROUL, 2011, p. 118).

Outro ponto essencial dentro deste processo de salvação é a fé na ressurreição de Cristo, pois Paulo afirma “Para nós que cremos naquele que ressuscitou dos mortos, Jesus, nosso Senhor, o qual foi entregue pelas nossas faltas e ressuscitado para a nossa justificação” (Rm 4.24,25).

Sendo assim esta justiça e esta graça que vieram através da ressurreição de Cristo, provam a fidelidade de Deus à sua promessa salvadora. “[...] quando realizou em Jesus Cristo a salvação da humanidade, em conformidade com seu desígnio de amor” (CARREZ *et al.*, 1987, p. 130).

Por conseguinte, a fé que está ligada ao processo de salvação não é uma fé dentro de um quesito doutrinal, mas sim uma fé de entrega “[...] não é em primeiro lugar, a adesão intelectual de uma lista de verdades, mas uma entrega total do homem a Deus, considerando como o único que o pode salvar” (CARREZ *et al.*, p. 130, 1987).

Já a graça dentro do processo de salvação, é dom. “[...] do amor de Deus manifestado no evento Jesus Cristo” (ARRIGO, 2019, p. 79). Por isso ela tem um papel fundamental nos escritos paulinos, pois expressa melhor o modo como Paulo entende a salvação. “Pois, a graça do evento salvífico de Cristo é descrita como um dom, e Paulo explica este dom com o vocabulário do amor[...]” (ARRIGO, 2019, p. 79).

Sendo assim, a graça dentro deste processo de salvação é o dom que Deus nos entregou através de seu Filho. “O dom-Cristo é entendido como uma expressão de amor [...]” (ARRIGO, 2019, p. 79). A graça não pode ser vista como uma ordem de Deus. “[...] uma distribuição impessoal de benefício divino[...]” (ARRIGO, 2019, p. 79).

Assim, a graça dentro desse processo de salvação é o favor de Deus que abrange todos os dons concretos, “[...] mas sobretudo o evento salvador escatológico que se realizou em Cristo e do qual procede a transformação interior do homem” (ARRIGO, 2019, P. 79). Sendo assim, a graça dentro desse processo de salvação tem uma ação generosa, de Deus para com o homem.

A graça dentro desse processo vem através do Espírito Santo, que nos é dado através do evento redentor do Filho, que se doou por amor. “[...] assim Deus dá-se a nós, sendo Ele amor [...]” (ARRIGO, 2019, p. 80). Assim, através da graça, nós temos a salvação, pois Deus se dá como Ele é “[...] amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo [...]” (ARRIGO, 2019, p. 80).

Assim, a justiça e a graça acabam por reter o Império do pecado. “[...] assim como imperou o pecado por meio da morte, assim também impera a graça por meio da justiça [...]” (SCHNELLE, 2010, p. 620). Tudo isso ocorre para que a graça, ganhe maior plenitude possível. “[...] de modo que reconheçam agora, pela graça de Deus, o novo tempo” (SCHNELLE, 2010, p. 620).

Sendo assim, após a justiça e a graça reterem o Império do pecado, dentro do processo de salvação, vemos a reconciliação de Deus com os seres humanos, por intermédio de Jesus Cristo.

A graça, ainda dentro desse contexto do processo de salvação, acaba por tornar-se ainda mais presente nos momentos difíceis. “[...] pois ela mostra sua força justamente no suportar de tribulações e tentações [...]” (SCHNELLE, 2010, p. 621). Ela é um ato livre e poderoso de Deus para conosco, e não pode ser considerada um sentimento ou afeto, pois é através dela que “[...] Deus demonstra seu amor para

conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando ainda éramos pecadores [...]” (SCHNELLE, 2010, p. 621).

Outro ponto a ser abordado com relação à graça dentro do processo de salvação é que ela é transbordante e aparece como um poder salvífico, “[...] que evita uma condenação normalmente inevitável dos seres humanos, os cristãos escapam do pecado e da morte, eles se encontram no estado objetivo da salvação pela graça” (SCHNELLE, 2010,p. 622).

Essa graça transbordante se realiza dentro desse processo a partir do evento Jesus Cristo, e não tem ligação com a lei, “[...] vós não estais mais sobre a lei, mas sob a graça” (Rm 6, 14).

Assim, a justiça, graça, e salvação realizam na vida do cristão a plenitude do projeto de Deus, trazendo para a luz aquele que estava nas trevas, anunciando a salvação sem distinção e proclamando a boa nova a toda a criatura.

### **3.5 CONCLUSÃO**

Podemos então chegar à conclusão desse capítulo demonstrando como Paulo demonstra como justiça e graça se unem para a realização da salvação, assim, cada um desses elementos tem uma função primordial para que o processo possa acontecer de forma plena e viva na vida daquele que crê.

Processo esse que depende da fé em Cristo e em sua morte e ressurreição, sendo assim o processo de justiça e graça acontece pela revelação da justiça de Deus, onde está ao ser manifestada na vida do cristão o guia a outro momento desse processo, que é o momento da graça.

Já a graça dentro do processo de salvação dá acesso a Cristo, pois após a justiça ao agir em nós faz com que a graça seja manifestada em nossa vida, graça essa que nos transmite a vida nova, vida nova essa que vem através da fé em Cristo. E por fim a salvação, que é o ápice desse processo e faz com que tenhamos vida nova a partir da justiça e da graça, com a fé em Jesus Cristo.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados na Carta aos Romanos, no que diz respeito à justiça e graça como processo de salvação, conclui-se que este processo se realiza na vida do cristão a partir do momento em que se abre a isso.

Esse abrir-se ao processo de salvação é realizado a partir da adesão do cristão à justiça de Deus, que é o primeiro passo do processo. Essa abertura realiza dentro do cristão um caminho rumo à salvação, caminho esse que perpassa por vários outros aspectos que não só envolvem a justiça de Deus, mas também envolvem a graça, a fé, o Evangelho e a obediência, todos caminhando para o que o processo possa ser bem realizado.

A justiça de Deus como ponto inicial do processo vem para justificar o homem através da fé em Jesus Cristo, pois não há como esse processo se iniciar sem que haja essa fé em Cristo, pois a fé como um dos pontos iniciais nesse processo vai ajudar o homem a realizar essa abertura rumo à graça, que é outro ponto essencial dentro desse processo de salvação.

Já no que diz respeito à graça, dentro do processo de salvação, ela nos liberta do pecado, pois faz com que o cristão tenha vida nova, vida nova essa que não está ligada à lei, e nem ao pecado, mas sim a Jesus Cristo, como aquele que justifica e nos dá a sua graça.

Já a fé é o fundamento de todo o processo, pois sem ela não há como se caminhar. Se não houver uma adesão por parte do cristão à fé, o processo fica comprometido, sendo que essa fé tem por base fundante Jesus Cristo.

O Evangelho vem para demonstrar que fora dele não há salvação, e que a palavra de Deus é o Norte para quem inicia essa caminhada, anunciando a salvação a todos sem distinção.

A obediência tem por intuito fazer com que possamos ter a mansidão de compreender que esse processo de salvação faz parte da nossa vida, mas vem de Deus toda a dinâmica desse processo.

Sendo assim, o processo de salvação acontece mediante esses aspectos, cada um sendo realizado conforme o tempo que o processo leve, sem adiantar nem atrasar, mas sim realizando dentro de um tempo que faça com que o cristão possa viver intensamente cada aspecto levantado ali como também possa viver esse processo de forma tranquila e serena.

Cada aspecto desse não pode ser deixado de lado, pois acabaria por comprometer todo o processo de salvação. Ambos os aspectos têm um elo de ligação, criando um itinerário salvífico na vida do cristão.

Itinerário esse que não pode ser vivenciado de forma imediatista, mas deve ser vivido dentro do que Deus planeja, pois o processo de salvação é realizado somente se deixarmos que Deus, dentro dos aspectos apresentados acima, realize a sua obra de salvação no tempo divino e não no tempo humano.

Assim, concluímos que justiça, graça e salvação realizam um processo na vida daquele que crê a partir do momento em que o mesmo se abre a tal processo, deixando-se modelar dentro desse processo, e não sedento às investidas do pecado, mas sim tornando-se cada dia mais forte com a ajuda da fé em Cristo que nos justifica, da sua graça que se manifesta em nossa vida, e da obediência ao Evangelho - Boa Nova que nos anuncia a salvação.

## REFERÊNCIAS

- COMBLIM, José. **Paulo apóstolo de Jesus Cristo**. Petrópolis: Vozes,1993.
- PATTE, Daniel. **Paulo, sua fé e a força do Evangelho**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- PERROT, Charles **Epístola aos Romanos**. São Paulo: Paulinas,1993.
- WENGST, Klaus. **Pax Romana: pretensão e realidade**. São Paulo: Paulinas,1991.
- O'CONNOR, MURPHY JAMES. **Paulo Biografia Crítica**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2015.
- O'CONNOR, MURPHY JAMES. **Paulo de Tarso. História de um apóstolo**. 4ª edição. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013.
- SANDERS, ED PARISH. **Paulo, a lei e o povo judeu**. São Paulo: Paulinas,1990.
- HAHN, SCOTT; MITCH, CURTIS. **A carta de São Paulo aos Romanos**. Caderno de estudo bíblico. Campinas: ecclesiae,2016.
- STRABELI, Mauro. **Carta aos Romanos**. São Paulo: Paulus,1990.
- CARREZ, M. *et al.* **As Cartas de Paulo, Tiago, Pedro e Judas**. São Paulo: Paulus,1987.
- LEENHARDT, FRANZ JEHAN. **Epístola aos Romanos**. Comentário exegético. São Paulo: asté,1969.
- DUNN, JAMES DOUGLAS GRANT. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SCHNELLE, Udo. **Paulo: Vida e Pensamento**. São Paulo: Paulus, 2010.
- CRANFIELD, CHARLES BURLAND ERNEST. **Comentário de Romanos versículo por versículo**. São Paulo: vida nova,2005.
- RIDDERBOS, Herman. **A Teologia do Apóstolo Paulo: A Obra Definitiva Sobre o Pensamento do Apóstolo aos Gentios**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.
- SPROUL, ROBERT CHARLES. **Estudos bíblicos expositivos em Romanos**. São Paulo: cultura cristã,2011.
- WESLEY, JOHN. **Romanos. Notas explicativas**. São Paulo: Cedro,2000.
- BARTH, KARL. **Carta aos Romanos**. São Paulo: Fonte editorial, 2008.
- LE ROUX, PATRICK. **Império Romano**. São Paulo: Le livros, 2005.
- BRANDÃO, LUÍS JOSÉ; OLIVEIRA, FRANCISCO **História de Roma antiga**. Das origens a morte de Cesar. Coimbra: Imprensa da universidade de coimbra,2020.
- SCOPACASA, RAFAEL. Poder popular e expansão da república romana, 200-150 a.C. **Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro**, v. 19, n. 37, p. 80-101, jan. /abr.

2018. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/topoi/a/NGKCsSP96cXgKmmfWSrDQpB/?format=pdf&lang=pt>  
 .Acesso em 15 de fev. de 2022.

VIEIRA, MISSAEL JUVENIL. **A proeminência da justificação pela fé na teologia de Paulo aos Romanos 5,12-21**. 182 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, 2015. Disponível em:  
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/892/1/MISAEL%20JUVENIL%20VIEIRA.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

ARRIGO, MAXIMILIANO MARIA. **O dom da participação na vida divina A reflexão paulina sobre a graça na parte central da Carta aos Romanos**. 130 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Portuguesa, 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/28875>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

PAZ, ALMEIDA ROBERTO. **Justiça de Deus e Justificação. Estudo exegético de Rm 1,16-17**. 238 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de São Paulo, 2015. Disponível em:  
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18360/1/Roberto%20Almeida%20da%20Paz.pdf>. Acesso em 20 de fev. de 2022.

CASTOLDI, SCAVAZZA SAULO TICIANO. **A Igreja que conquistou um Império: história da ascensão do cristianismo no Império Romano**. 95 f. Dissertação (graduação) – Centro Universitário Univates, Centro de ciências humanas e jurídicas curso de licenciatura em história. 2014. Disponível em:  
<https://www.univates.br/bdu/handle/10737/625>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

Persecuzione\_dei\_Cristiani\_nell'Impero\_romano. Disponível em:  
<https://omegawebhosting.net/>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

LIMA, SOUZA DE ROBERTO; COLLI, ANDRÉ GELCI. A teologia da graça em Paulo: a Suficiência do Sacrifício de Cristo para a Salvação. **Teologia e Espiritualidade**. V. 5 n.9, p.19-42, 2018. Disponível em:  
<https://faculdadecristadecuritiba.com.br/storage/2018/12/Numero8-Junho-2018-Art2.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

CERFAUX, LUCIEN. **Cristo na teologia de São Paulo**. São Paulo: Paulinas. 1983.  
 BÍBLIA sagrada. São Paulo: Paulus, 2015.